



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇAS - 2011

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO - BTR (32) - Bancada do PSDB e representações partidárias do DEM, PPS, PHS, PRTB, PR, PRP, PTC, PTdoB e PTB

Líder: Deputado Bonifácio Mourão (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Luzia Ferreira (PPS), João Vítor Xavier (PRP), Cássio Soares (PRTB), Fred Costa (PHS) e Rômulo Viegas (PSDB)

BLOCO MINAS SEM CENSURA (23) – Bancadas do PT e PMDB e representações partidárias do PRB e PCdoB

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputados Gilberto Abramo (PRB), Ivair Nogueira (PMDB), Paulo Lamac (PT) e Ulysses Gomes (PT)

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL - BPS (17) - Bancada do PV e representações partidárias do PSL, PSB, PMN, PSC e PP

Líder: Deputado Tiago Ulisses (PV)

Vice-Líderes: Deputados Hely Tarquínio (PV), Antonio Lerin (PSB), Duilio de Castro (PMN) e Rômulo Veneroso (PV)

PDT - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Deputado Sargento Rodrigues

Vice-Líder: Deputado Gustavo Perrella

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares (DEM)

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Antônio Júlio (PMDB)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Leonardo Moreira (PSDB), Neider Moreira (PPS), Dalmo Ribeiro Silva (PSDB), Deiró Marra (PR) e Luiz Henrique (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa	BTR	Presidente
Deputado Délio Malheiros	BPS	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	BTR	
Deputado Neider Moreira	BTR	
Deputado Rogério Correia	MSC	
Deputado Ivair Nogueira	MSC	
Deputado Fred Costa	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Hely Tarquínio	BPS	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputada Luzia Ferreira	BTR	
Deputado Paulo Lamac	MSC	
Deputado Bruno Siqueira	MSC	
Deputado Sebastião Costa	BTR	

**COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO**

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Almir Paraca	MSC	Presidente
Deputado Pompílio Canavez	MSC	Vice-Presidente
Deputada Liza Prado	BPS	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Sebastião Costa	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elismar Prado	MSC
Deputado Paulo Lamac	MSC
Deputado	BPS
Deputado Anselmo José Domingos	BTR
Deputado Neider Moreira	BTR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa	BTR	Presidente
Deputado Bruno Siqueira	MSC	Vice-Presidente
Deputado Cássio Soares	BTR	
Deputado Delvito Alves	BTR	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputada Rosângela Reis	BPS	
Deputado André Quintão	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana	BTR
Deputado Gilberto Abramo	MSC
Deputado Bosco	BTR
Deputado Arlen Santiago	BTR
Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Délio Malheiros	BPS
Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado	MSC	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Tenente Lúcio	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ulysses Gomes	MSC
Deputado Neilando Pimenta	BTR
Deputado Doutor Wilson Batista	BPS
Deputado Luiz Henrique	BTR
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:



Deputado Doutor Wilson Batista	BPS	Presidente
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	Vice-Presidente
Deputada Ana Maria Resende	BTR	
Deputado Marques Abreu	BTR	
Deputado Elismar Prado	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio	BPS	
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputada Maria Tereza Lara	MSC	

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputada Liza Prado	BPS	Vice-Presidente
Deputado Duílio de Castro	BPS	
Deputado Carlos Henrique	MSC	
Deputado Antônio Júlio	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Romel Anísio	BPS	
Deputada Rosângela Reis	BPS	
Deputado Antônio Lerin	BPS	
Deputado Sávio Souza Cruz	MSC	
Deputado Vanderlei Miranda	MSC	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo	MSC	Presidente
Deputado Paulo Lamac	MSC	Vice-Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	
Deputado Antônio Genaro	BPS	
Deputado Delvito Alves	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara	MSC	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	
Deputado Duarte Bechir	BPS	
Deputado Célio Moreira	BTR	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	BTR	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Carlin Moura	MSC	
Deputado Paulo Lamac	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria Resende	BTR	
----------------------------	-----	--



Deputado Deiró Marra	BTR
Deputado João Vitor Xavier	BTR
Deputada Maria Tereza Lara	MSC
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu	BTR	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	MSC	Vice-Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC	
Deputado Gustavo Perrella	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite	BTR
Deputado Bruno Siqueira	MSC
Deputado Gustavo Valadares	BTR
Deputado André Quintão	MSC
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia	BTR	Presidente
Deputado Doutor Viana	BTR	Vice-Presidente
Deputado Romel Anísio	BPS	
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Antônio Júlio	MSC	
Deputado Ulysses Gomes	BMC	
Deputado Gustavo Perrella	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite	BTR
Deputado Gustavo Corrêa	BTR
Deputado Tiago Ulisses	BPS
Deputado Cássio Soares	BTR
Deputado Rogério Correia	MSC
Deputado Ivair Nogueira	BMC
Deputado Sargento Rodrigues	PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira	BTR	Presidente
Deputado Duarte Bechir	BPS	Vice-Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BTR	
Deputado Sávio Souza Cruz	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Deiró Marra	BTR
Deputado Hely Tarquínio	BPS
Deputado Doutor Viana	BTR
Deputado Zé Maia	BTR
Deputado Ivair Nogueira	MSC

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio Souza Cruz	MSC	Presidente
Deputado Tiago Ulisses	BPS	Vice-Presidente
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Antônio Carlos Arantes	BPS	
Deputado Carlos Henrique	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes	MSC	
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Fábio Cherem	BPS	
Deputado Antônio Júlio	MSC	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão	MSC	Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	Vice-Presidente
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Antônio Lerin	BPS	
Deputado Carlin Moura	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC	

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BPS	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Romel Anísio	BPS	
Deputado Doutor Viana	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado	BPS	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR	
Deputado Bonifácio Mourão	BTR	
Deputado Antônio Lerin	BPS	
Deputado Rogério Correia	MSC	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Duarte Bechir	BPS	Presidente
Deputada Ana Maria Resende	BTR	Vice-Presidente
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	



Deputado Gilberto Abramo MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes BPS
Deputado João Leite BTR
Deputado Bosco BTR
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Antônio Júlio MSC

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi BTR Presidente
Deputado Hely Tarquínio BPS Vice-Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista BPS
Deputado Neider Moreira BTR
Deputado Adelmo Carneiro Leão MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana BTR
Deputado Tiago Ulisses BPS
Deputado Duílio de Castro BPS
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Almir Paraca MSC

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite BTR Presidente
Deputada Maria Tereza Lara MSC Vice-Presidente
Deputado Zé Maia BTR
Deputado Cássio Soares BTR
Deputado Sargento Rodrigues PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo Moreira BTR
Deputado Durval Ângelo MSC
Deputado Célio Moreira BTR
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado Tenente Lúcio PDT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis BPS Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda PDT Vice-Presidente
Deputado Juninho Araújo BPS
Deputado Pompílio Canavez MSC
Deputado Tadeu Martins Leite MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Duarte Bechir BPS
Deputado Sargento Rodrigues PDT
Deputado Antônio Genaro BPS
Deputado Celinho do Sinttrocel MSC
Deputado Sávio Souza Cruz MSC

**COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes	MSC	Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Célio Moreira	BTR	
Deputado Anselmo José Domingos	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Henrique	MSC	
Deputado Carlin Moura	MSC	
Deputado Fábio Cherem	BPS	
Deputado Gustavo Corrêa	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias - terças -feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente Lúcio	PDT	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Vanderlei Miranda	MSC	
Deputado Ulysses Gomes	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Perrella	PDT	
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Hélio Gomes	BPS	
Deputado Tadeu Martins Leite	MSC	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Viana	BPS	Presidente
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Adalclever Lopes	BTR	
Deputado Paulo Lamac	BTR	
Deputado Hely Tarquínio	MSC	
Deputado Romel Anízio	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BPS	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Antônio Júlio	MSC	
Deputado Rogério Correia	MSC	
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	

Ouvidor Parlamentar: Deputado Hely Tarquínio

SUMÁRIO**1 - ATAS**

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões
- 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões
- 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES**
- 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

**ATAS****ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/6/2011**

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Celinho do Sinttrocel e Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Gilberto Abramo e Paulo Guedes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Celinho do Sinttrocel, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a aplicação da Lei nº 19.445, de 2011, que estabelece normas para coibir o transporte metropolitano e intermunicipal clandestino de passageiros no Estado, e a fiscalização por parte dos órgãos responsáveis e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. João Afonso Baeta Costa Machado, Diretor de Fiscalização do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG –, representando José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral; Ricardo de Azevedo, Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização da 4ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal, representando Helênio Romualdo Almeida, Superintendente Regional Substituto; Joel Gomes Moreira Filho, Presidente da Comissão de Apoio aos Movimentos Sociais da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Seção Minas Gerais, representando Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente; Agnaldo Lima de Barros, Subcomandante do Batalhão de Polícia Militar Rodoviário do Estado de Minas Gerais, representando o Ten.-Cel. PM Sebastião Olímpio Emídio Filho, Comandante; Lindberg Ribeiro Garcia, Assessor Técnico da Secretaria do Estado de Transportes e Obras Públicas; e Fernando Antônio Silveira Rodrigues, Assessor da Diretoria de Fiscalização do DER-MG; e as Sras. Zaira Carvalho Silveira, Assessora Jurídica do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros no Estado de Minas Gerais – Sindpas –, representando Luiz Carlos Gontijo, Presidente; Michelle Guimarães Carvalho, Assessora Jurídica do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Metropolitanos – Sintram –, representando Rubens Lessa Carvalho, Presidente, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2011.

Adalclever Lopes, Presidente – Célio Moreira – Celinho do Sinttrocel – Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/6/2011

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Almir Paraca e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a situação de Distritos de Municípios mineiros que alegam não receber assistência da Fundação Nacional de Saúde - Funasa - e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Liza Prado em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no intuito de criar diretrizes, subsídios e meios para a realização de estudos objetivando a criação e implantação da Região Metropolitana de Uberlândia; e do Deputado Almir Paraca em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com o objetivo de receber a Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome, Tereza Campello, para que apresente e debata o Plano Brasil Sem Miséria, sob a responsabilidade daquela Pasta. É recebido pela Presidência requerimento do Deputado Paulo Lamac em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para expor e debater os graves problemas enfrentados pela população do Município de Sabará, em razão da ausência de política de desenvolvimento urbano para o Bairro Castanheiras, localizado na divisa com o Município de Belo Horizonte. O Deputado João Leite solicita que seja encaminhado ao Presidente da Casa pedido de informação sobre a competência da Comissão para apreciar o referido requerimento. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Licínio Eustáquio Xavier, Assessor Ambiental da Associação Mineira



de Municípios - AMM -, representando Ângelo José Roncalli de Freitas, Presidente; Ronaldo Cerqueira Lima, Superintendente da Funasa; Lermimo Pimenta, médico nefrologista; e Antônio Divino de Souza, Superintendente Substituto e Chefe da Divisão de Engenharia da Funasa, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2011.

Almir Paraca, Presidente - Pompílio Canavez - Liza Prado.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/6/2011

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões o Deputado Doutor Viana, membro da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e os Deputados Tenente Lúcio, Ulysses Gomes e Vanderlei Miranda, membros da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta das Comissões. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a implantação de programa estadual de incentivo ao turismo de pesca esportiva. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Daly Oliveira, representante da Federação dos Circuitos Turísticos do Estado de Minas Gerais; Helen Regina Mota e Andréia Cassia Pires de Almeida, Analistas de Meio Ambiente da Cemig; e os Srs. Adair Divino da Silva, Prefeito Municipal de Três Marias; Marcos Flávio França, Gerente Regional de Pesca do IEF, representando o Sr. Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; José Antônio Freitas Dias Leite, Promotor de Justiça da Comarca de Três Marias; Michel Lopes, Coordenador-Geral de Registro e Licenças do Ministério da Pesca; o Capitão-de-Corveta Jurcelino de Souza Silva Junior, Capitão dos Portos da Capitania Fluvial do São Francisco, representando o Vice-Almirante Carlos Autran Oliveira Amaral, Comandante do 2º Distrito Naval; o Ten. PM Waldeci Custódio da Luz, Comandante da 226ª Cia. da PMMG; os Srs. Elias de Assis Oliveira, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Esporte e Turismo de Três Marias; Valtin Quintino da Rocha, Presidente da Federação de Pescadores de Minas Gerais; Renato Costa, representando o Sr. Marlúcio Ferreira, Diretor de Comunicação da Associação de Pesca Esportiva e Consciência Ambiental de Uberlândia; Fabiano Magella Lucas, Prefeito Municipal de São Gonçalo do Abaeté; Tui Oliveira, instrutor do Projeto Graef, e William Dornas, Presidente do Náutico Clube de Três Marias, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros das Comissões para a próxima reunião conjunta, com edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da reunião.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2011.

Célio Moreira, Presidente – Tenente Lúcio – Antônio Carlos Arantes – Tiago Ulisses.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/6/2011

Às 14h33min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Bonifácio Mourão, Fred Costa, Ivair Nogueira e Doutor Viana (substituindo o Deputado Gustavo Corrêa, por indicação da Liderança do DEM), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Tadeu Martins Leite. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ivair Nogueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Ivair Nogueira, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.092/2010, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 a 3, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Rogério Correia. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 926 e 939/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Rogério Correia em que solicita reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para tratar das diligências realizadas por Oficiais de Justiça, Comissários da Infância e Juventude, Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Foram adiadas as votações dos requerimentos do Deputado Rogério Correia em que solicita a realização de reunião de audiência pública para debater e obter esclarecimentos acerca da situação dos trabalhadores efetivados pela Lei Complementar nº 100, de 5/11/2007; reunião de audiência pública para debater alterações no Estatuto do Servidor Público do Estado de Minas Gerais; e reunião de audiência pública para discutir a situação em que se encontram os servidores públicos, principalmente os aposentados, no que se refere ao atendimento do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais. Registra-se a presença do Deputado Gustavo Corrêa. A

Presidência suspende a reunião por cinco minutos para acordo entre as Lideranças. Verificando a inexistência de quórum, a Presidência deixa de reabrir a reunião por falta de número regimental, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2011.

Gustavo Corrêa, Presidente - Bonifácio Mourão - Délio Malheiros - Ivair Nogueira - Neider Moreira.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DO NOME DE RÚBIO DE ANDRADE PARA O CARGO DE DIRETOR-GERAL DO IDENE, EM 21/6/2011

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Luiz Henrique, Duarte Bechir e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Luiz Henrique, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública do Sr. Rúbio Andrade, indicado para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - Idene -, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o indicado e realizar sua arguição pública, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. O Deputado Tadeu Martins Leite retira-se da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o parecer pela aprovação da Indicação nº 26/2011 (relatora: Deputada Ana Maria Resende). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2011.

Luiz Henrique, Presidente - Ana Maria Resende - Duarte Bechir - Tadeu Martins Leite.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/6/2011

Às 15h11min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marques Abreu, Adelmo Carneiro Leão e Antônio Júlio (substituindo o Deputado Tadeu Martins Leite, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício do Sr. Eder Sá Alves Campos, Gerente Adjunto do Projeto Estruturador Copa 2014, informando sobre acordo firmado pelo governo federal com a Fifa, para garantir a proteção à marca do evento, com cujas obrigações os Estados e as cidades-sedes também compartilham; e de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofícios do Sr. Aurelindo Rodrigues Chaves, Vereador da Câmara Municipal de Pescador (4/6/2011); e da Associação dos Moradores e Amigos de Itinga (16/6/2011). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 504/2011, no 1º turno (Deputado Marques Abreu), 1.474/2011, em turno único (Deputado Fabiano Tolentino) e 1.509/2011, em turno único (Deputado Gustavo Perrella). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É convertido em diligência à Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude o Projeto de Lei nº 1211/2011. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.384, 1.398, 1.448 e 1.499/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 803 e 804/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidência recebe, para posterior apreciação, requerimento dos Deputados Rogério Correia e Antônio Júlio em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública para debater a execução das obras do Mineirão-Mineirinho para a Copa 2014, objeto de auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado, consoante relatório técnico dessa Corte recentemente divulgado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2011.

Marques Abreu, Presidente – Fabiano Tolentino – Gustavo Perrella.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/6/2011

Às 9h3min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Duarte Bechir e Tenente Lúcio (substituindo o Deputado Luiz Carlos Miranda, por indicação da Liderança do PDT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da

seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Carlos, policial militar, pedindo à Comissão que o ajude, pois alega ter sido excluído injustamente da Polícia Militar; Júlio César Furtado Mourão, Gestor de Negócios Automotivos, solicitando ajuda da Comissão para a situação dos desempregados; e da Sra. Maria Célia Néri de Oliveira, Assessora-Chefe de Comunicação do Ministério Público Federal do Estado, encaminhando cópias da cartilha “Diretrizes para uma Polícia Cidadã”, com orientações sobre direitos e deveres dos cidadãos diante da atuação policial; e de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofícios da Sra. Thaís Leite Garcia de Pinho e dos Srs. João Izael Querino Coelho, Prefeito Municipal de Itabira, Eduardo Caldeira de Souza Penna, Secretário Municipal de Saúde, Alceu José Torres Marques (16/6/2011); Giêdra Cristina Pinto Moreira, Defensora Pública Federal, Jeferson Luiz Pereira Coelho, Procurador-Geral do Trabalho em exercício, Zani Cajueiro Tobias de Souza (17/6/2011). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (4), em que solicita sejam encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça, à Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, à Ouvidoria de Polícia e à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Minas Gerais as notas taquigráficas da 33ª Reunião Extraordinária desta Comissão, destinada a receber informações e denúncias sobre a possível venda de "habeas corpus" no processo do goleiro Bruno; em que solicita a participação desta Comissão na campanha antidrogas promovida pela Fiemg e pelo Instituto Minas pela Paz, a ser realizada no dia 29/6/2011, às 11 horas, na Fiemg; seja encaminhado convite a todos os Parlamentares desta Casa para que participem do lançamento da Campanha Nacional do Desarmamento 2011 em Minas Gerais; seja realizada visita desta Comissão à Penitenciária Nelson Hungria para ouvir o goleiro Bruno sobre a denúncia de que a Juíza da Comarca de Esmeraldas estaria negociando a concessão de "habeas corpus"; Durval Ângelo e João Leite, em que solicitam seja realizada reunião para ouvir o goleiro Bruno Fernandes das Dores de Souza e o advogado Cláudio Dalledone, sobre denúncia contra a Juíza da Comarca de Esmeraldas acerca de suposta negociação para a concessão de "habeas corpus". São rejeitados os seguintes requerimentos do Deputado Paulo Lamac (3), em que solicita seja realizada reunião de audiência pública na Vila Santa Rita de Cássia - Aglomerado Santa Lúcia - para discutir a violação dos direitos humanos de cerca de 1.200 famílias que estão sendo desalojadas de forma arbitrária e sem justa indenização pela Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig -; seja realizada reunião de audiência pública para debater a violação dos direitos humanos da população do Município de Sabará, em razão da ausência de infraestrutura adequada e saneamento básico no Bairro Castanheiras; seja realizada reunião de audiência pública para debater a violação dos direitos humanos de moradores do Distrito de Ravena, no Município de Sabará, que, devido a falta de abastecimento de água potável, estão sendo obrigados a utilizar água imprópria para o consumo humano. É adiada a votação do requerimento de autoria do Deputado Adelmo Carneiro Leão em que solicita a realização de audiência pública para apresentação de denúncia formulada pelo Ministério Público de Minas Gerais a respeito da precariedade do sistema socioeducativo do Estado, que permitiu a morte de pelo menos 30 adolescentes infratores nos últimos três anos, a requerimento do Deputado Duarte Bechir, aprovado pela Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2011.

Durval Ângelo, Presidente - Sargento Rodrigues - Rogério Correia - Delvito Alves.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE AS CANDIDATURAS DO DEPUTADO MAURI TORRES E DO SR. ALEXANDRE BOSSI QUEIROZ AO CARGO DE CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, EM 22/6/2011

Às 9h9min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Bonifácio Mourão, Dalmo Ribeiro Silva, Duarte Bechir, Tadeu Martins Leite e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares, Carlin Moura e Bosco. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bonifácio Mourão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública do Deputado Mauri Torres e do Sr. Alexandre Bossi Queiroz, apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para proceder à arguição pública dos candidatos, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação das indicações do Deputado Mauri Torres e do Sr. Alexandre Bossi Queiroz, às quais se referem os Requerimentos nºs 937 e 938/2011, respectivamente (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2011.

Bonifácio Mourão, Presidente – Dalmo Ribeiro Silva – Duarte Bechir – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes.



ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/6/2011

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Gustavo Valadares e Duarte Bechir (substituindo, respectivamente, os Deputados Doutor Viana e João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado) e Tadeu Martins Leite, substituindo o Deputado Antônio Júlio, por indicação da Liderança do Bloco Minas Sem Censura), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no “Diário do Legislativo” de 17/6/2011: ofícios dos Srs. Ramais de Castro Silveira, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, e Rômulo Martins de Freitas, Superintendente Regional da CEF. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei Complementar nºs 7 e 8/2011 (Deputado Zé Maia) e Projetos de Lei nºs 22/2011 (Deputado Romel Anízio); 90/2011 (Deputado Gustavo Perrella); 499/2011 (Deputado Doutor Viana); 500 e 1.231/2011 (Deputado Antônio Júlio); 505/2011 (Deputado Ulisses Gomes); 974 e 997/2011 (Deputado João Vítor Xavier), no 1º turno; e 874 e 1.111/2011 (Gustavo Perrella); 879/2011 (Deputado Doutor Viana) e 963/2011 (Deputado João Vítor Xavier), no 2º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 4/2011 (relator: Deputado Zé Maia); 874 e 1.111/2011 (relator: Deputado Duarte Bechir, em virtude de redistribuição) e 963/2011 (relator: Deputado Tadeu Martins Leite, em virtude de redistribuição) na forma do vencido no 1º turno; e 879/2011 (relator: Deputado Gustavo Valadares, em virtude de redistribuição); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 355/2011 (relator: Deputado Gustavo Valadares, em virtude de redistribuição). Registra-se a presença dos Deputados Antônio Júlio, Doutor Viana e Ulisses Gomes. O Deputado Tadeu Martins Leite retira-se da reunião. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 505/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (relator: Deputado Ulisse Gomes). O parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 89/2011 na forma do Substitutivo nº 1, tem a discussão adiada, atendendo-se a requerimento do Deputado Gustavo Valadares, aprovado pela Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária e para as reuniões extraordinárias de 29/6/2011, às 10h30min e às 14h15min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2011.

Zé Maia, Presidente - Antônio Júlio - Doutor Viana - Romel Anízio.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/6/2011

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Duarte Bechir e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 540, 541 e 542/2011 (Deputada Ana Maria Resende); e Projetos de Lei nºs 594, 667 e 1.201/2011 (Deputado Luiz Henrique). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 540, 541, 542, 594 e 667/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.201/2011, que recebeu parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2011.

Duarte Bechir, Presidente – Ana Maria Resende – Bosco.

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 28/6/2011

Às 14h2min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir as políticas públicas voltadas para a prevenção ao uso de drogas e o tratamento dos usuários, especialmente no que se refere ao crack. Registra-se a presença dos Deputados João Leite (substituindo o Deputado Delvito Alves, por indicação da Liderança do BTR) e Tadeu Martins Leite (substituindo o Deputado Paulo Lamac, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura). O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.887/2011, em turno único, para o qual designou o Deputado Paulo Lamac como relator. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da

reunião para ouvir as Sras. Valéria da Silva Rodrigues, Juíza de Direito Titular da Vara de Atos Infracionais da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, e Raquel Pacheco Ribeiro de Souza, Promotora de Justiça da Coordenadoria de Defesa dos Direitos das Famílias, e os Srs. Cloves Eduardo Benevides, Subsecretário de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado de Defesa Social; Juliano Carneiro Veiga, Secretário-Geral dos Juizados de Conciliação do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; Sanderson de Souza Mariano, membro da Associação Mineira de Pais e Amigos para Prevenção e Tratamento do Uso de Drogas – Ampare –; Sylberto Sette Silva, membro e Presidente do Grupo Movimento em Ação, e Robert William de Carvalho, Presidente da ONG Defesa Social, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Durval Ângelo, em que solicitam seja realizada visita ao Educandário Carlos Chagas, no Município de Juiz de Fora, onde vivem filhos de ex-hansenianos oriundos dos preventórios. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da reunião.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 28/6/2011

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Corrêa, Délio Malheiros, Bonifácio Mourão, Ivair Nogueira e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Doutor Viana. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ivair Nogueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 5.092/2010, que conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 a 3 (relator: Deputado Ivair Nogueira), foram apresentadas as Propostas de Emenda nº 1, do Deputado Romeu Queiroz, e nº 2, do Deputado Délio Malheiros. Encerrada a discussão, é submetido a votação e aprovado o parecer. Submetidas a votação, cada uma por sua vez, é rejeitada a Proposta de Emenda nº 1 e aprovada a Proposta de Emenda nº 2. Foi aprovada a nova redação do parecer, que conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 a 4. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 772/2011, no 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Neider Moreira). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Rogério Correia (2), em que solicita a realização de reunião de audiência pública para debater alterações no Estatuto do Servidor Público do Estado de Minas Gerais; e reunião de audiência pública para discutir a situação em que se encontram os servidores públicos, principalmente os aposentados, no que se refere ao atendimento do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais; Sargento Rodrigues, em que solicita reunião de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 5092/2010; Neider Moreira (2), em que solicita a realização de reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater a atuação dos rondas noturnos e motovigias em Belo Horizonte; e em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento e à Defensoria Pública-Geral do Estado de Minas Gerais pedido de providências para a nomeação imediata dos classificados no IV concurso público para provimento de cargos da Defensoria Pública do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2011.

Gustavo Corrêa, Presidente – Délio Malheiros – Ivair Nogueira – Maria Tereza Lara.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/6/2011

Às 19h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão e Rogério Correia (substituindo o Deputado Carlin Moura, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Adelmo Carneiro Leão e Pompílio Canavez. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a comemorar os 27 anos de criação do MST e debater as questões de reforma agrária no Estado. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Aleida Guevara, dirigente do Partido Comunista Cubano; Marili Zacarias Pinheiro, Diretora Nacional do MST em Minas Gerais; Sôniâmara Maranhão, Coordenadora Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB –; Bernadete Esperança Monteiro, membro da Marcha Mundial das Mulheres; Edna Alves dos Santos, membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Desempregados; Beatriz da Silva Cerqueira, Coordenadora-Geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação em Minas Gerais – Sind-UTE-MG –; e os Srs. João Paulo Rodrigues Chaves, membro da Diretoria Nacional do Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST –; Marcos de Jesus Leandro, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores – CUT –; Gilson Reis, Presidente da Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB –; Jobert Fernando

de Paula, Diretor do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais – Sindieletro-MG –; Gladson Reis, Presidente da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas – Ames –; Renato Campos Amaral, Presidente do Sindicato dos Empregados em Indústria de Massas Alimentícias e Biscoitos de Contagem – Sindimassas –, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2011.

André Quintão, Presidente – Bosco – Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/6/2011

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Almir Paraca e Pompílio Canavez, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Pompílio Canavez, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de telegrama do Sr. Bonifácio de Andrada, Deputado Federal, justificando sua ausência em debate público, em 30/5/2011; de ofício dos Srs. Adão Villaverde, Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, e Cassiá Carpes, Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Municipais dessa Casa, convidando para ato comemorativo dos 30 anos de instalação dessa Comissão; e da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” em 17/6/2011: ofícios dos Srs. Ewerton Laranjo Mendonça, Coordenador Administrativo da Unidade Regional da Agência Nacional de Transportes Terrestres; Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça, e Alexandre Magrineli dos Reis, Chefe de Gabinete do IEF. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 773/2011 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Pompílio Canavez, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 789/2011 com a Emenda nº 1; 840, 844, 877, 880, 942 e 946/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Paulo Lamac (3) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater os problemas de infraestrutura enfrentados pela população do Distrito de Ravena, no Município de Sabará, especialmente no que se refere ao saneamento básico e ao abastecimento de água; seja realizada reunião de audiência pública para debater os problemas enfrentados pela população do Bairro de Castanheiras, em Sabará, em razão da ausência de política de desenvolvimento urbano; seja realizada reunião de audiência pública no Aglomerado Santa Lúcia, em Belo Horizonte, para debater a política de planejamento urbano desse Município, que provocará o desalojamento de cerca de 1.200 famílias das Vilas Santa Rita de Cássia e Fazendinha que residem ao longo das linhas de distribuição de energia da Cemig, bem como a relação dessa concessionária com os municípios; e Pompílio Canavez em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com a finalidade de debater o aproveitamento de resíduos sólidos para a geração de energia elétrica no Estado; dos Deputados Almir Paraca, Pompílio Canavez e João Leite e da Deputada Liza Prado em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde para debate sobre doenças cuja transmissão ocorre em função de más condições sanitárias, como doença de Chagas, tuberculose, hanseníase, leishmaniose e malária; e da Deputada Liza Prado (2) em que solicita sejam encaminhadas à Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados e ao Deputado Federal Weliton Prado as notas taquigráficas da reunião ordinária da Comissão em 15/6/2011, na qual foram debatidos os aspectos legais, sociológicos e ambientais da criação de “falsos condomínios” em Lagoa Santa; e seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência para debater o tema “Desenho universal”. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2011.

Almir Paraca, Presidente – Luiz Henrique.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/6/2011

Às 9h30min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Almir Paraca, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelo membro da Comissão presente. Registra-se a presença da Deputada Liza Prado e do Deputado Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Estão presentes também dos Deputados Luiz Henrique, Paulo Guedes e Tadeu Martins Leite. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o desenvolvimento regional do Norte do Estado, com vistas a fortalecer as políticas públicas e as ações de cooperação para melhoria das condições socioeconômicas dessas comunidades, e de

discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Rita Josina Feitosa da Silva, Presidente da Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil; e os Srs. Gil Pereira, Secretário de Estado de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas; João Nilton Castro Martins, Gerente-Geral da agência do Banco do Nordeste do Brasil em Belo Horizonte, representando o Sr. Jurandir Vieira Santiago, Presidente dessa instituição financeira; Dorival de Lima, Diretor de Comunicação e Cultura do Banco Nordeste; Rúbio Andrade, Diretor-Geral do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene -, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência, na qualidade de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, passa a fazer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2011.

Paulo Lamac, Presidente.

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/6/2011

Às 14h14min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado (substituindo o Deputado Antônio Genaro, por indicação da Liderança do BPS) e os Deputados Durval Ângelo e Rogério Correia (substituindo o Deputado Paulo Lamac, por indicação da Liderança do Bloco Minas Sem Censura), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a receber informações, debater a situação da população de rua em Belo Horizonte e verificar se existem ações imediatas no atendimento a esse segmento. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Irmã Cristina Bove, Coordenadora da Pastoral Nacional do Povo da Rua; Célia Beatriz Gomes dos Santos, Promotora de Justiça de Direitos Humanos da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; Karina Vieira Alves, Coordenadora do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis; o Maj. PM Westerley Martins, Comandante da 15ª Companhia de Polícia Militar; os Srs. Ricardo Luiz Rosa, Presidente da Associação Amor Franciscano de Assis; Samuel Rodrigues, Coordenador do Movimento Nacional da População em Situação de Rua; Warley Silva, Gerente do Serviço Especializado em Abordagem Social da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Jorge Raimundo Nahas, Secretário Municipal de Políticas Sociais da Prefeitura de Belo Horizonte - Membro do Grupo Gestor Intersetorial de Acompanhamento da Política Municipal da População em Situação de Rua, e representando o Sr. Márcio Araújo de Lacerda, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Jonas Pereira dos Santos, artesão, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Registra-se a presença dos Deputados Delvito Alves e André Quintão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados: Durval Ângelo em que solicita seja realizada visita desta Comissão aos moradores do Bairro Carlos Drummond de Andrade, em Itabira, que se encontram acampados em frente à Prefeitura Municipal, e reunião de audiência pública com vistas a facilitar o diálogo entre as partes envolvidas no contencioso de posse e garantir o direito à moradia das famílias ameaçadas de despejo; Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para receber denúncia formulada pelo Ministério Público de Minas Gerais sobre a precariedade do sistema socioeducativo do Estado, que permitiu a morte de pelo menos 30 adolescentes infratores mantidos sob sua custódia nos últimos três anos; Duarte Bechir e João Leite (5) em que solicitam seja encaminhado ao governo federal pedido de informações para que apresente o montante de recursos efetivamente aplicados no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase- desde sua criação, em atendimento ao disposto no art. 195 da Constituição Federal e do art. 4º Estatuto da Criança e do Adolescente; seja realizada reunião com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Betim para que ele explique os motivos da proibição da construção de unidade de medida socioeducativa nesse Município; seja encaminhado à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República pedido de informações sobre o monitoramento e a avaliação dos sistemas de acompanhamento de políticas, programas e ações voltadas ao atendimento dos adolescentes submetidos a processo judicial de apuração de ato infracional e sob medida socioeducativa; Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizado debate público desta Comissão, da Comissão do Transporte, Comunicação e Obras Públicas e da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para discutir o Projeto de Lei nº 271/2008, em tramitação no Congresso Nacional, que institui o Estatuto dos Motoristas e a atual realidade do transporte terrestre nos âmbitos federal e estadual; seja encaminhado ao governo federal pedido de informações para que apresente os valores destinados ao Estado de Minas Gerais, nos últimos oito anos, para a aplicação em construção e manutenção de unidades de medidas socioeducativas; seja encaminhado à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República pedido de informações sobre a agenda nacional com vistas ao reordenamento físico das unidades de internação para adolescentes em conflito com a lei e sobre quantas foram financiadas em no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos desta reunião.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2011.

Paulo Lamac, Presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/7/2011**1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 226/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre as condições precárias de trabalho oferecidas a seus funcionários e aos terceirizados e sobre a periculosidade do exercício laboral em decorrência da utilização da mão de obra terceirizada, sem a devida supervisão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 254/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido a fim de que o DER-MG envie cópia dos estudos técnicos que demonstram a viabilidade da instalação de radares fixos e móveis nas rodovias do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 275/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil e ao Comandante-Geral da Polícia Militar pedido de informações sobre os resultados dos inquéritos instaurados para a apuração da morte de Renilson Veriano da Silva e de Jefferson Coelho da Silva, ocorrida em fevereiro de 2011, na Vila Marçola, no Bairro Serra. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 299/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Cemig pedido de informações sobre as quedas de fornecimento de energia elétrica em Coronel Fabriciano, de 2009 a 15/3/2011. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 307/2011, do Deputado Marques Abreu, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Esportes e da Juventude pedido de informações sobre os recursos, repasses e aplicações respectivas concernentes ao estatuído na Lei Federal nº 9.615, de 24/3/98, em especial a destinação dos recursos de que trata o art. 6º, recebidos do Ministério do Esporte nos últimos 12 meses, bem como os relatórios e projetos detalhados, que se encontram em vigor, de aplicação de verba. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 310/2011, do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Governo pedido de informações sobre o Contrato de Prestação de Serviços de Propaganda e Publicidade nº 3.574/2008, celebrado entre o Estado, através da Secretaria de Governo, e a empresa MPM - Populus, no valor global de R\$37.500.000,00. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 311/2011, do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Governo pedido de informações sobre o Contrato de Prestação de Serviços de Propaganda e Publicidade nº 3.578/2008, celebrado entre o Estado, através da Secretaria de Governo, e a empresa New Publicidades e Comunicação Integrada Ltda., no valor global de R\$8.750.000,00. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 312/2011, do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o Convênio de Cooperação Financeira nº 5/2011, firmado entre a EMG - Sedese e a Associação Preparatória Cidadãos do Amanhã de Lagoa Santa - Aprecia -, para a implementação e o monitoramento das atividades do Programa Poupança Jovem nos Municípios de Ibitiré, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Sabará, Esmeraldas e Teófilo Otôni, no valor global de R\$1.364.362,04. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 313/2011, do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de informações sobre o Convênio de Cooperação Técnica nº 1/2011, em que figuram como partes o Escritório de Prioridades Estratégicas e a Prodemge, para a cessão da servidora da Prodemge Diully Soares Cândido Gonçalves, no valor de R\$57.948,31. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 340/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de informações que menciona, sobre o ingresso do Delegado Leonardo Moreira Pio na Polícia Civil. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 341/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Subsecretário de Administração Prisional pedido de informações sobre as condições físicas do Sr. Willian Adriano de Castro no momento em que foi



recluso no Presídio Floramar, bem como cópia da documentação referente ao preso, entregue pela Polícia Civil. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 363/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Presidente da Cemig pedido de informações acerca da construção da UHE Cachoeirão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 372/2011, do Deputado Ulysses Gomes, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Transportes pedido de informações sobre o estágio em que se encontra o projeto de construção do Aeroporto de Itajubá e sobre a previsão do início das obras. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 377/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público da Comarca de Pouso Alegre pedido de informações acerca das providências adotadas com relação aos radares instalados no Município e ao contrato celebrado com a empresa prestadora do serviço. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 400/2011, do Deputado Hélio Gomes, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado, à Secretaria de Transportes e à Diretoria-Geral do DER-MG pedido de informações sobre a pavimentação do trecho que liga Vargem Alegre ao Distrito de Revés de Belém. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 401/2011, do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações, que especifica, sobre a primeira prova de avaliação diagnóstica do Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar - PAAE - de 2011; e pedido de providências para que seja franqueado o acesso ao banco de dados utilizado para a elaboração dessa prova. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 405/2011, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Fazenda pedido de informações sobre a possível extinção das administrações fazendárias de terceiro nível. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 467/2011, da Comissão de Justiça, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de informações sobre a implantação dos centros de referência denominados Centros Mais Vida nas macrorregiões do Estado, em especial sobre as ações direcionadas aos portadores do mal de Parkinson e do mal de Alzheimer. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 470/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre a relação dos Municípios do Estado que se encontram sem Delegados de Polícia e sobre o número de Delegados que solicitaram desligamento do cargo nos últimos cinco anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 471/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Corregedoria Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência e à Diretoria-Geral da Loteira Mineira pedido de informações sobre as relações dessas instituições com o Crea Espaço Cultural e sobre os motivos pelos quais há atraso no repasse de bolsas de estudo a essa entidade, desde o início deste ano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 472/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Diretoria-Geral do DER-MG pedido de informações sobre a relação dos trechos rodoviários estaduais nos quais se encontram instalados radares, lombadas eletrônicas ou qualquer outro meio de aferição de velocidade para fins de autuação por infração de trânsito e de outras que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 474/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao representante do Ministério Público na Comarca de Coronel Fabriciano pedido de informações sobre as providências adotadas quanto aos radares instalados nesse Município e sobre o contrato celebrado com a empresa prestadora de serviços relacionados com as lombadas eletrônicas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 616/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao Chefe do Detran-MG pedido de informações sobre o valor arrecadado por ano pelo Estado a partir da vigência dos Decretos nºs 43.824, de 2004, e 44.806, de 2008, através da venda por leilão de veículos apreendidos ou depositados em pátios terceirizados, e sobre outras questões que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 758/2011, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que solicita seja encaminhado à Diretoria-Geral do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais pedido de informações que menciona sobre os contratos firmados com o Instituto Mineiro de Desenvolvimento, com cooperativas, empresas e profissionais de agrimensura, com os respectivos processos licitatórios e eventuais termos aditivos; sobre questões administrativas e sobre a atitude da Secretaria à qual se vincula esse órgão em face da manifestação da Advocacia-Geral do Estado contrária a arrendamentos com cooperativas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2011, do Deputado Romeu Queiroz e outros, que dá nova redação ao inciso VII do art. 2º e acrescenta parágrafo ao art. 227 da Constituição do Estado para dispor sobre o acesso à informação e à internet. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 21/2011, do Deputado Paulo Guedes e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.



Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4/2011, do Governador do Estado, que extingue a pensão vitalícia instituída pela Lei nº 1.654, de 26/9/57. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 874/2011, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Frei Inocêncio o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 879/2011, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 963/2011, do Deputado Inácio Franco, que autoriza o Estado a doar ao Município de Bom Despacho o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.111/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Sião o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.092/2010, do Governador do Estado, que cria cargos e altera a estrutura da carreira Agente de Segurança Penitenciário, modifica o anexo III da Lei nº 15.462, de 13/1/2005, reajusta os valores da vantagem pessoal de que trata o art. 1º da Lei nº 10.470, de 15/4/91, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Administração Pública, e com as Emendas nºs 5 e 6, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 328/2011, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta artigo à Lei nº 14.184, de 31/1/2002. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 466/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre a devolução do valor da matrícula nos estabelecimentos de ensino superior nas situações que especifica. A Comissão de Justiça conclui constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 583/2011, do Deputado Elismar Prado, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instituições financeiras, administradoras de cartões de crédito, administradoras de cartões de afinidade e empresas correlatas de fornecerem correspondências impressas no sistema braille quando da sua solicitação. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão do Trabalho.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 717/2011, do Tribunal de Contas, que altera a estrutura de cargos de direção e assessoramento do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Subemendas nºs 1, que apresenta, às Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública, e com as Emendas nºs 3 e 4, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Subemendas nºs 1, da Comissão do Trabalho, às Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública, com as Emendas nºs 3 e 4, da Comissão do Trabalho, e com as Emendas nºs 5 a 7, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 817/2011, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre instalação de brinquedotecas em hospitais, clínicas, unidades de saúde e outros estabelecimentos similares, para atendimento pediátrico em regime de internação. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, ficando prejudicado o Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 823/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itueta o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 974/2011, do Deputado Tiago Ulisses, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cachoeira de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.231/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.910, de 3/8/2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.



ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 6/7/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 255/2011, do Deputado Elismar Prado; 606/2011, do Deputado Arlen Santiago; 779/2011, do Deputado Délio Malheiros; 1.025/2011, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n°s 831/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 836 e 1.035/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 838 e 944/2011, do Deputado Délio Malheiros; 945/2011, do Deputado Duarte Bechir; 1.099/2011, do Deputado Hely Tarquínio; 1.103, 1.104 e 1.105/2011, da Comissão de Participação Popular; 1.125/2011, do Deputado Almir Paraca.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 6/7/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 1.013 e 1.220/2011, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n°s 1.086 e 1.126/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.087/2011, do Deputado Duarte Bechir; e 1.130/2011, do Deputado Délio Malheiros.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 6/7/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n°s 1.085/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.096 a 1.098/2011, do Deputado Rogério Correia; 1.100/2011, do Deputado Ivaír Nogueira; e 1.127/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Finalidade: debater, em audiência pública com convidados, o “software” público de Gestão Municipal Integrada, desenvolvido pelo Ministério do Planejamento e disponibilizado sem custo aos Municípios.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 6/7/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 936/2011, do Deputado Antônio Júlio; e 1.079/2011, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento n° 1.037/2011, do Deputado Marques Abreu.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 6/7/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 8/2011, do Tribunal de Contas; Projetos de Lei nºs 22/2011, do Deputado Elismar Prado; 182/2011, do Deputado Elismar Prado e do Deputado Almir Paraca; 713/2011, do Deputado Wander Borges; 786/2011, do Deputado João Leite; 824/2011, do Deputado Zé Maia; 846/2011, do Deputado Delvito Alves; 1.759 e 2.109/2011, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 1.081/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 6/7/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 6/7/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.082/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 1.132/2011, do Deputado Fred Costa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 6/7/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.083/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 1.102/2011, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 6/7/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.548/2011, do Deputado Arlen Santiago; e 1.623/2011, do Deputado Tiago Ulisses.

Requerimentos nºs 1.080/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 1.092/2011, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e 20 horas do dia 6/7/2011, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 16/2011, do Deputado Romeu Queiroz e outros, que dá nova redação ao inciso VII do art. 2º e acrescenta parágrafo ao artigo 227 da Constituição do Estado para dispor sobre o acesso à informação e à internet; e 21/2011, do Deputado Paulo Guedes e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado; dos Projetos de Lei nºs 5.092/2010, do Governador do Estado, que cria cargos e altera a estrutura da carreira Agente de Segurança Penitenciário, modifica o anexo III da Lei nº 15.462, de 13/1/2005, reajusta os valores da vantagem pessoal de que trata o art. 1º da Lei nº 10.470, de 15/4/91, e dá outras providências; 4/2011, do Governador do Estado, que extingue a pensão vitalícia instituída pela Lei nº 1.654, de 26/9/57; 328/2011, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta artigo à Lei nº 14.184, de 31/1/2002, que dispõe sobre o processo administrativo da administração pública estadual; 466/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr, que dispõe sobre a devolução do valor da matrícula nos estabelecimentos de ensino superior nas situações que especifica; 583/2011, do Deputado Elismar Prado, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instituições financeiras, administradoras de cartões de crédito, administradoras de cartões de afinidade e empresas correlatas de fornecerem correspondências impressas no sistema braille quando da sua solicitação; 717/2011, do Tribunal de Contas, que altera a estrutura de cargos de direção e assessoramento do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências; 817/2011, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre a instalação de brinquedotecas em hospitais, clínicas, unidades de saúde e outros estabelecimentos similares, para atendimento pediátrico em regime de internação; 823/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itueta o imóvel que especifica; 874/2011, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Frei Inocêncio o imóvel que especifica; 879/2011, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 963/2011, do Deputado Inácio Franco, que autoriza o Estado de Minas Gerais a doar ao Município de Bom Despacho o imóvel que especifica; 974/2011, do Deputado Tiago Ulisses, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cachoeira de Minas os imóveis que especifica; 1.111/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Sião o imóvel que especifica; e 1.231/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.910, de 3/8/2007; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 5 de julho de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição
Nº 25/2011**

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Luiz Henrique e Paulo Lamac, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/7/2011, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2011.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Duarte Bechir, Gustavo Corrêa e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/7/2011, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 1.160/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 95 e 98/2011, dos Deputados Elismar Prado e Almir Paraca, e 1.759/2011, do Governador do Estado; de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 856/2011, do Deputado Inácio Franco; 1.311/2011, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.514/2011, do Deputado Hely Tarquínio; 1.534/2011, do Deputado Neider Moreira, e 1.629/2011, do Deputado Rogério Correia; de votar os Requerimentos nºs 837/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 914 e 915/2011, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; 1.051/2011, do Deputado Hélio Gomes, e 1.088/2011, do Deputado Duarte Bechir; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2011.

Célio Moreira, Presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Antônio Carlos Tardeli para o Cargo de Diretor-Geral do Detel**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlin Moura, Carlos Henrique, Gustavo Corrêa e Rômulo Veneroso, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/7/2011, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2011.

Anselmo José Domingos, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Antônio Carlos Tardeli para o Cargo de Diretor-Geral do Detel**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlin Moura, Carlos Henrique, Gustavo Corrêa e Rômulo Veneroso, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/7/2011, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer sobre a Indicação nº 27/2011, do Governador do Estado, de proceder à arguição pública do indicado e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2011.

Anselmo José Domingos, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Cássio Soares, Sargento Rodrigues e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/7/2011, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para turno único do Projeto de Lei nº 776/2011, do Deputado Carlin Moura, de discutir e votar o parecer para o 1º turno do Projeto de Lei nº 326/2011, do Deputado Sargento Rodrigues, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 927 e 928/2011, do Deputado Elismar Prado, e 1.036/2011, da Deputada Liza Prado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2011.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 13/2011**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fabiano Tolentino, Gustavo Corrêa, Pompílio Canavez e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/7/2011, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2011.

Antônio Carlos Arantes, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 23/2011**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Almir Paraca, Duílio de Castro, Ulysses Gomes e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/7/2011, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2011.

Sebastião Costa, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição Nº 24/2011**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adalcleber Lopes, Délio Malheiros, Rômulo Viegas e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/7/2011, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2011.

Sebastião Costa, Presidente "ad hoc".



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação de Célia Pimenta Barroso Pitchon para o cargo de Ouvidora-Geral do Estado

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sebastião Costa, Durval Ângelo, Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/7/2011, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder a arguição pública, de discutir e votar o parecer para turno único da Indicação nº 32/2011, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2011.

Tiago Ulisses, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Cássio Soares, Sargento Rodrigues e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/7/2011, às 14 horas, no Município de Engenheiro Caldas, com a finalidade de debater a segurança pública da Comarca de Tarumirim, em especial a ausência de efetivo policial e material, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2011.

João Leite, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.508/2011

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Doutor Viana, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Beneficente em Defesa da Vida de Coronel Fabriciano – ABDV –, com sede no Município de Coronel Fabriciano.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou. Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.508/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação Beneficente em Defesa da Vida de Coronel Fabriciano, com sede nesse Município, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como finalidade prestar serviços gratuitos, permanentes e sem nenhum tipo de discriminação aos mais necessitados.

Com esse propósito, a instituição promove assistência social, jurídica e de educação integrada para crianças, adolescentes, jovens e idosos; luta pelo direito e pela oportunidade de acesso aos bens sociais e culturais necessários ao desenvolvimento humano; promove ações nas áreas de educação, cultura, esporte e saúde, com o objetivo de combater a fome e a pobreza, implementando a política de segurança alimentar e nutricional; defende a preservação do patrimônio histórico, cultural e artístico, do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável; incentiva o voluntariado e valores universais como ética, paz, cidadania, democracia e direitos humanos; fomenta a capacitação e qualificação, por meio de cursos profissionalizantes, centros de produção alternativa e de inserção no mercado de trabalho.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Diante do relevante trabalho da Associação Beneficente em Defesa da Vida de Coronel Fabriciano, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.508/2011, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2011.

Rosângela Reis, relatora.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.514/2011****Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais****Relatório**

De autoria do Deputado Hely Tarquínio, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Proteção Animal e Ambiental de Patos de Minas - Aspaa -, com sede no Município de Patos de Minas.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre ele, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.514/2011 tem por escopo declarar de utilidade pública a Associação de Proteção Animal e Ambiental de Patos de Minas, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 2005, que desenvolve relevante trabalho em sua comunidade, onde promove a conscientização e a mobilização das pessoas objetivando a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável no Município de Patos de Minas.

Para cumprir os seus fins programáticos, zela pela ordem social; defende o bem-estar dos habitantes da comunidade em que atua; desenvolve ações integradas voltadas à proteção da flora e da fauna, especialmente os animais ameaçados de extinção.

A documentação anexada ao processo demonstra que essa instituição desenvolve diversas atividades com o intuito de orientar sobre a importância de conservação da natureza, num processo de participação concreta na preservação da vida, o que constitui valiosa parceria com o poder público.

Cabe destacar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem por objetivo adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Isso posto, consideramos meritória a intenção de se conceder à Associação de Proteção Animal e Ambiental o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.514/2011, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2011.

Luzia Ferreira, relatora.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.531/2011**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do Deputado Luiz Carlos Miranda, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Clube de Mães Estrela da Manhã, com sede no Município de Ipatinga.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.531/2011 pretende declarar de utilidade pública o Clube de Mães Estrela da Manhã, com sede no Município de Ipatinga, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como finalidade agregar as mães e familiares do Bairro Esperança e adjacentes em atividades comunitárias.

Na consecução de seu propósito, a instituição incentiva iniciativas de promoção da mulher e alternativas para inserir as mães no mercado de trabalho; apoia atividades artesanais; orienta suas associadas sobre seus direitos; promove o voluntariado; ampara crianças e adolescentes, proporcionando-lhes abrigo, alimentação, recreação, apoio educacional, assistência médica e social; presta assistência aos menos favorecidos, por meio de distribuição de cestas básicas, visitas domiciliares e orientações sobre possíveis soluções de problemas.

Diante do relevante trabalho realizado pelo Clube de Mães Estrela da Manhã em defesa das mulheres de Ipatinga, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.531/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2011.

Rosângela Reis, relatora.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.548/2011****Comissão de Cultura****Relatório**

De autoria do Deputado Arlen Santiago, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo seja declarada de utilidade pública a Associação Cultural, Musical e Artística São Vicente de Paulo, com sede no Município de Pirapora.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Dando prosseguimento à tramitação da matéria, cabe agora a esta Comissão deliberar em caráter conclusivo, com base nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.548/2011 tem por escopo declarar de utilidade pública a Associação Cultural, Musical e Artística São Vicente de Paulo, com sede no Município de Pirapora, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como principal finalidade promover atividades musicais, culturais e artísticas em Pirapora. Seu objetivo é difundir a música, a cultura e a arte, bem como facilitar o aprendizado desses temas.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Tendo em vista o relevante trabalho realizado pela Associação, consideramos meritório lhe seja outorgado o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.548/2011, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2011.

Elismar Prado, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.622/2011**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do Deputado Sebastião Costa, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Educacional, Recreativa e Cultural Futebol Clube 15 de Março, com sede no Município de Janaúba.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.622/2011 tem por escopo declarar de utilidade pública a Associação Educacional, Recreativa e Cultural Futebol Clube 15 de Março, com sede no Município de Janaúba, entidade privada, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional.

Merecem destaque a realização de atividades esportivas, em todas as modalidades, de caráter amador e profissional, sociais, educacionais, recreativas, culturais, cívicas e assistenciais; a promoção da melhoria da qualidade de vida dos associados e da população; a realização de palestras, seminários, fóruns e festivais; a criação de programas e atividades alternativos para o sustento das famílias; a orientação, promoção e amparo das pessoas idosas, das crianças, dos adolescentes, das famílias, das mulheres e das pessoas com deficiência; a inserção social dos cidadãos e o combate às formas de discriminação; a realização de cursos de capacitação e qualificação profissional; e a implementação de programas de acesso à saúde, educação, recreação, esporte, lazer, cultura e combate à fome.

Tendo em vista o relevante trabalho realizado pela entidade, consideramos meritório que lhe seja outorgado o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.622/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2011.

Rosângela Reis, relatora.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.623/2011**Comissão de Cultura****Relatório**

De autoria do Deputado Tiago Ulisses, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Corporação Musical São Pedro, com sede no Município de Porto Firme.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.623/2011 tem por escopo declarar de utilidade pública a Corporação Musical São Pedro, com sede no Município de Porto Firme, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade difundir a arte musical.

Com esse propósito, mantém escola, com o objetivo de proporcionar o ensino gratuito de música, e banda musical. Dessa forma, estimula os jovens carentes da comunidade a frequentarem aulas de música, visando sua socialização e profissionalização, forma músicos; promove ensaios, realiza retretas, apresenta-se em cerimônias cívicas, religiosas e em eventos populares e recreativos.

Tendo em vista o relevante trabalho realizado pela entidade, consideramos meritório que lhe seja outorgado o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.623/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2011.

Rômulo Veneroso, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.629/2011

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Relatório

De autoria do Deputado Rogério Correia, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Orquidófila de Congonhas, com sede no Município de Congonhas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.629/2011 tem por escopo declarar de utilidade pública a Associação Orquidófila de Congonhas, com sede no Município de Congonhas, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que desempenha importante trabalho na área ambiental.

Com efeito, a entidade reúne os amantes, cultivadores, estudiosos e preservadores das orquídeas; promove estudos sobre ambiente natural, reprodução, pragas e doenças das orquídeas; promove intercâmbios com sociedades análogas; realiza exposição de orquídeas e plantas ornamentais; colabora com entidades públicas e privadas na preservação da flora e da fauna; estimula a criação de núcleos e associações regionais; e difunde conhecimentos sobre orquídeas.

Tendo em vista o relevante trabalho realizado pela entidade, consideramos meritório que lhe seja outorgado o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.629/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2011.

Sávio Souza Cruz, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21/2011

Comissão Especial

Relatório

De autoria de um terço dos membros da Assembleia Legislativa e tendo como primeiro signatário o Deputado Paulo Guedes, a Proposta de Emenda à Constituição no 21/2011 dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado.

Publicada no "Diário do Legislativo" em 13/5/2011, a proposição foi distribuída a esta Comissão Especial para receber parecer, nos termos do disposto no art. 111, I, "a", do Regimento Interno.

Nos termos do § 4º do art. 174 do Regimento Interno, foi anexada a esta proposição a Proposta de Emenda à Constituição no 15/2011, devido à semelhança de conteúdo.

Fundamentação

A proposição em análise pretende dar nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado, com o objetivo de incluir o dia 8 de dezembro, Dia das Gerais, entre as datas magnas do Estado, renomeando o dia 16 de julho, data magna que passa a se denominar Dia de Minas. Estabelece, ainda, que a semana em que recair o dia 8 de dezembro será denominada Semana das Gerais e constituirá período de celebrações cívicas em todo o território mineiro ao lado da Semana de Minas. Por fim, determina que a Capital do Estado será transferida simbolicamente para a cidade de Matias Cardoso no Dia das Gerais.

A Constituição do Estado, em seu art. 256, já considera datas magnas do Estado o dia 21 de abril, Dia de Tiradentes, e o dia 16 de julho, Dia do Estado de Minas Gerais. Determina, ademais, que a semana em que recair o dia 16 de julho constituirá período de

celebrações cívicas no território mineiro e que a Capital do Estado será transferida simbolicamente para a cidade de Ouro Preto no Dia de Tiradentes e para a cidade de Mariana, no dia 16 de julho.

Do ponto de vista jurídico e formal, não há óbice à tramitação da matéria, a qual se insere no âmbito da competência legislativa estadual. Com efeito, o art. 25 da Constituição da República de 1988 dispõe que “os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem”, observados os princípios da Constituição.

A proposição também não apresenta vício de iniciativa, posto que foram observadas as disposições relativas à competência para deflagrar o processo legislativo. Com efeito, o inciso I do art. 64 da Constituição do Estado assegura a prerrogativa para a apresentação de proposta de emenda à Constituição a, no mínimo, um terço dos membros da Assembleia Legislativa.

No que diz respeito ao conteúdo, ainda que a conclusão seja a mesma, algumas considerações devem ser tecidas.

Registros históricos informam que o Estado de Minas Gerais começou a ser constituído por meio de duas correntes de desbravadores: os que formaram a sociedade aurífera, representada na cidade de Mariana; e os que formaram a sociedade agropastoril, representada na ocupação das margens dos Rios Verde Grande e São Francisco, na Região Norte do Estado. Enquanto a primeira colonização, reconhecida oficialmente, deu-se no fim do século XVII, com a fundação do arraial de Mariana em 1696, a ocupação agropastoril do Norte de Minas já ocorria na década de 1660.

A ocupação das terras marginais ao Rio São Francisco, por meio da atividade pastoril, vem sendo devidamente apresentada por vários historiadores. Frei Vicente do Salvador, em sua obra “História do Brasil –1500 - 1627”, disponível em meio virtual no sítio da Biblioteca Nacional, noticia as entradas que se fizeram a partir das margens do Rio São Francisco, demonstrando o paulatino desbravamento dos sertões pela extensão das capitanias envolvidas, a criação de currais de gado e a formação de extensos latifúndios. Um dos maiores latifúndios de toda a história do Brasil situou-se à margem direita do Rio São Francisco. Em seu livro “Raízes de Minas”, na pág. 46, Simeão Ribeiro Pires, que confirma a constituição de imenso latifúndio na segunda metade do século XVI, disserta que “inegavelmente a primeira região mineira a ser povoada foi a do Norte de Minas através dos currais de gado do Rio São Francisco e do Rio Verde”. Essa região era fornecedora de alimentos que sustentaram a nascente sociedade nas localidades em que ocorria a produção minerária e na Capital da colônia, Salvador.

Segundo levantamentos históricos, o bandeirante paulista Matias Cardoso de Almeida fundou, entre 1663 e 1666, a primeira povoação de Minas Gerais, o arraial de Morrinhos, atual Município de Matias Cardoso. Salomão de Vasconcellos, em sua obra sobre o bandeirismo, calcula o ano de fundação de Morrinhos a partir de uma telha encontrada na igreja matriz, datada de 1703. Julga que o início de edificação da igreja foi “aí pelas alturas de 1673, o que coincide razoavelmente com o tempo das guerrilhas do Norte. Tendo-se, porém, ainda em vista que igrejas desse vulto só começavam nos povoados e arraiais já formados e desenvolvidos, lícito é dar mais 10 anos, pelo menos, para o arraial de Morrinhos (...) ai por volta de 1663”.

Com base em vasta documentação histórica, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – IHGMG – já reconhece que a Capitania de Minas Gerais se formou tanto da exploração aurífera nas minas como da atividade pastoril nos gerais. O atual território mineiro resultou, à época inicial de sua fundação, sem prejuízo de posterior acréscimo das terras do Triângulo Mineiro, dos desmembramentos de quatro capitanias: a de São Paulo e a de Minas do Ouro – Região Sul, até aproximadamente a região onde hoje se encontram os Municípios de Ouro Preto e Mariana –; a da Bahia – margem direita do Rio São Francisco, até a região que atualmente abrange os Municípios de Sabará e Belo Horizonte –; e a de Pernambuco – margem esquerda do Rio São Francisco.

Nesta oportunidade, é importante mencionar que, em 2005, foi criado o Movimento Catrumano, idealizado pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes –, pela Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene – Amans – e pela Prefeitura Municipal de Montes Claros, com o apoio de vários segmentos da sociedade, com o propósito de valorizar o Norte de Minas, implementando um plano de desenvolvimento para essa região.

Desdobramento de estudos históricos recentemente revistos e sistematizados pela tese do antropólogo João Batista de Almeida Costa, o Movimento Catrumano revê a unidade pretendida pela ideologia da mineiridade, reivindicando o reconhecimento da dualidade subjacente à fundação de Minas Gerais, vinculando a região pastoril, os chamados Currais da Bahia, à região aurífera, quando do nascimento da nova unidade administrativa em 1720.

Para tanto, argumenta-se que, ao instituir a nova unidade, a Coroa Portuguesa pretendeu unir sob um único comando a dependência de alimentos da zona aurífera com a produção de gêneros alimentícios da região pastoril. Alega-se, ainda, que tal dualidade é notória sob o ponto de vista ecológico, já que o território mineiro está dividido em dois grandes ecossistemas: a Mata Atlântica e o Cerrado.

Por essas considerações, objetivando reconhecer o papel fundamental do Norte de Minas na história da sociedade mineira e contribuir para a transformação simbólica dessa região, os autores da proposição propugnam pela instituição do Dia das Gerais, data magna do Estado, a ser comemorado em 8 de dezembro, data da efetiva instalação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos e da inauguração de sua igreja matriz, marco de povoamento da região.

Cabe, nesse ponto, assinalar que a Proposta de Emenda à Constituição no 15/2011, anexada à proposição em exame, reitera o objetivo por ela traçado.

No que toca à terminologia, é válido esclarecer que os campos que se estendem pelo território brasileiro e que são vistos como parte da geografia do sertão sempre foram conhecidos regionalmente como “os gerais”, razão pela qual propomos a substituição da expressão “Dia das Gerais” por “Dia dos Gerais”, esta última já adotada pela proposta anexada.

É importante esclarecer que não colocamos em dúvida o papel atribuído ao Município de Mariana no que toca à formação da sociedade mineira. Contudo, reconhecemos o caráter dual da formação de Minas Gerais, constituída a partir de duas sociedades distintas e complementares. Dessa forma, somos favoráveis à proposição em análise.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição no 21/2011 com a Emenda no 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Substitua-se, no “caput” do art. 256 da Constituição do Estado, a que se refere o art. 1º da proposição, a expressão “Dia das Gerais” por “Dia dos Gerais”.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2011.

Tadeu Martins Leite, Presidente – Luiz Henrique, relator – Tenente Lúcio.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.140/2011**Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo
Relatório**

De autoria do Deputado Leonardo Moreira, o projeto de lei em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.306/2007, tem por objetivo instituir o Selo de Qualidade Artesanal.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça e considerada jurídica, constitucional e legal, na forma do Substitutivo nº 1, por ela apresentado.

Agora, compete a este órgão colegiado apreciar a matéria quanto ao mérito, nos termos do art. 102, XIII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.140/2011 tem por escopo instituir o Selo de Qualidade Artesanal, o qual identificará os produtos feitos no Estado, assegurando que ele é de elaboração artesanal, de qualidade e, se utilitário, que seu uso é higiênico e sanitariamente comprovado e adequado.

Esclareça-se que a Comissão de Constituição e Justiça, ao exarar o seu parecer, ressaltou a necessidade de se sanarem algumas impropriedades no projeto de lei, como também de adequar o texto à técnica legislativa e, para tanto, apresentou o Substitutivo nº 1.

Quanto ao mérito do projeto, é importante salientar que o artesanato é fundamental no processo de preservação da identidade das diversas regiões de Minas Gerais, funcionando como uma referência de identidade, memória e preservação cultural. Além disso, é fonte de emprego e renda e impulsionador do turismo no Estado.

No que tange à configuração da produção artesanal como elo constitutivo da cadeia produtiva do turismo nacional, o Plano Nacional de Turismo — PNT — 2007-2010, elaborado pelo Ministério do Turismo, atual instrumento de planejamento federal das políticas públicas para o setor turístico em plano nacional, define, entre os seus macroprogramas, o da Regionalização do Turismo.

A regionalização do turismo, implantada pelo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, lançado em abril de 2004, propõe a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística no País e se constitui no referencial da base territorial do Plano Nacional de Turismo.

Incorporada nesta versão do PNT como Macroprograma de Regionalização do Turismo, a proposta é balizada pela segmentação – da oferta e da demanda – como uma estratégia de organização do turismo para fins de planejamento e gestão, tendo em vista a concepção de produtos, roteiros e destinos que reflitam as características de peculiaridade e especificidade de cada região. A oferta turística adquire maior significância e identidade pela qualidade e originalidade da produção artesanal, industrial e agropecuária local, capaz de agregar valor ao produto turístico, estrategicamente denominada produção associada ao turismo.

Entre os objetivos do Macroprograma de Regionalização do Turismo está o de fomentar a produção associada ao turismo, agregando valor à oferta turística e potencializando a competitividade dos produtos turísticos, entre os quais se inclui a produção artesanal.

No escopo deste macroprograma integra-se o programa de apoio ao financiamento para o desenvolvimento regional – Prodetur. Por sua vez, o Plano Plurianual de Ação Governamental — PPAG — 2008-2011 instituiu no Estado o programa associado 168 “Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo — Prodetur Nacional Minas Gerais.

No âmbito estadual, há a Superintendência de Artesanato, subordinada à Subsecretaria de Indústria, Comércio e Serviços da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico — Sede —, que tem por finalidade implantar, executar e coordenar a política estadual do artesanato mineiro, competindo-lhe, entre outras atribuições, articular e implementar ações visando ao desenvolvimento setorial e regional do artesanato mineiro de forma integrada.

Nesse sentido, o PPAG 2008-2011, dedica um programa associado a ações voltadas ao fomento à produção artesanal no Estado, cuja unidade responsável é a Sede: o programa 157 “Promoção e Desenvolvimento do Artesanato em Minas Gerais”, que contém as Ações 4444 “Promoção do Artesanato Mineiro” e 4461 “Qualificação do Artesanato Mineiro”, que tem como finalidades estimular e propiciar a promoção da produção artesanal e qualificar os artesãos mineiros, promovendo os produtos no País e no exterior.

A título de informação sobre a execução orçamentária dos programas e ações citados, seguem abaixo os quadros consolidados:

Programa 168 - Programa Nacional do Desenvolvimento do Turismo — Prodetur Nacional Minas Gerais (Valores em R\$) - Consulta realizada em 28/06/2011			
Exercício	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada
2011	3.313.412,00	3.342.579,90	0,00
Programa 157 Promoção e Desenvolvimento do Artesanato em Minas Gerais (Valores em R\$) - Consulta realizada em 28/06/2011			
Ação 4444 - Promoção do Artesanato Mineiro			

Exercício	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada
2010	260.000,00	260.000,00	214.215,79
2011	230.000,00	230.000,00	140.204,02
Ação 4461 - Qualificação do Artesanato Mineiro			
Exercício	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada
2010	60.000,00	60.000,00	52,182,52
2011	60.000,00	60.000,00	2.378,09

Quanto à existência de selos de qualidade para produtos artesanais do Estado, é essencial enfatizar que a iniciativa de aferição dos critérios necessários à concessão desses selos parte, em regra, de associações civis de produtores que, com o objetivo de agregar valor à sua produção e através de mediação de organismos públicos de assistência técnica, elaboram o conjunto de regras a que devem ser submetidos os produtos artesanais na análise de qualidade. Como exemplo de tais arranjos, podem ser citadas a Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Qualidade — Ampaq — e a Associação dos Produtores do Queijo Canastra — Aprocan —, ambas responsáveis pela concessão do selo de qualidade artesanal, respectivamente, da cachaça e do queijo produzidos pelos associados.

Na mesma linha, o Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor — Centro CAPE —, associação civil sem fins lucrativos constituída em 1993, a partir de trajetória iniciada em 1989 pela Associação dos Artesãos e Produtores Caseiros do Projeto Mãos de Minas, tem o objetivo de criar um arranjo institucional dirigido ao setor produtivo informal, empresa familiar e de microporte. O Centro CAPE coordena um projeto denominado Selo IQS — Programa de Certificação da Produção Artesanal - PCPA —, que pretende auxiliar o artesão a desenvolver sua produção sob as seguintes diretrizes: atividade artesanal economicamente viável, ambientalmente correta e socialmente justa.

A metodologia aplicada pelo Centro CAPE para concessão do Selo IQS-PCPA passa pela aplicação de critérios de análise por consultores treinados no escopo da metodologia, que fornecem ao artesão visão integrada da cadeia produtiva de todos os produtos, além de assessoramento técnico quanto à documentação do processo de certificação e acompanhamento do artesão, de forma a atestar que os ensinamentos aprendidos sejam mantidos no decorrer do tempo.

Além disso, a Lei nº 14.180, de 2002, que dispõe sobre a habilitação de estabelecimento de produtor artesanal ou de agricultor familiar para produzir ou manipular alimentos para fins de comercialização, estatui em seu art. 8º, VI, que o produtor artesanal se obriga “a fornecer aos órgãos de controle sanitário dados sobre os serviços, as matérias primas e as substâncias utilizadas, os processos produtivos, as práticas de fabricação, os registros de controle de qualidade e sobre os produtos e subprodutos elaborados”.

Dessa forma, julgamos já existirem normas e instrumentos de planejamento de políticas públicas, tanto na esfera federal quanto na estadual, bem como iniciativas privadas por parte do setor produtivo no Estado, que abarcam ações de fomento à produção artesanal no Estado. Aqueles instrumentos públicos orçamentários podem englobar, mediante negociação entre o Legislativo e o Executivo estaduais, ação que promova o fortalecimento de processos de certificação de qualidade da produção artesanal já existentes.

Conclusão

Em vista do aduzido, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.140/2011.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente – Rômulo Viegas, relator – Vanderlei Miranda.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.268/2011

Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Relatório

A proposição em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 160/2007, requerido pelo Deputado Gustavo Valadares, institui, no âmbito do Estado, as Áreas de Interesse Cultural, Turístico e Econômico – Aitecs.

Publicado no “Diário do Legislativo” de 28/4/2011, o projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Em análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. Segue, agora, nesta Comissão para receber parecer quanto ao mérito.

Fundamentação

A proposição pretende estabelecer no Estado as Áreas de Interesse Cultural, Turístico e Econômico - Aitecs. Conforme define o projeto, as Aitecs constituem áreas urbanas ou rurais cujas características possibilitem a conjugação de esforços do Estado, dos Municípios e das demais entidades locais para promover ações relacionadas à cultura, ao turismo e ao desenvolvimento econômico. Os esforços conjuntos devem abarcar questões de segurança pública, saneamento básico, limpeza e conservação, instalação adequada aos visitantes, entre outras relacionadas aos objetivos das áreas. As Aitecs seriam ainda criadas por lei e formalizadas por meio de convênio com os Municípios e demais entidades representativas, competindo ao Estado a coordenação das ações, a direção e a fiscalização dos recursos humanos e materiais fornecidos pelos demais entes.



A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição, apresentando as Emendas n^{os} 1 e 2, que suprimem artigo inconstitucional do texto original e aprimoram a técnica legislativa.

Não obstante, em pedido de diligência encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura - SEC -, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - Sede - e à Secretaria de Estado de Turismo - Setur -, a proposição recebeu um uníssono parecer negativo. A Sede e a Setur foram contrárias à aprovação do projeto, uma vez que a proposição traz um arranjo que já vem sendo trabalhado no Estado, por meio da certificação dos circuitos turísticos, instituídos pelo Decreto n^o 43.321, de 2003.

De fato, os circuitos turísticos, integrantes do projeto estruturador Destinos Turísticos Estratégicos, da área de resultados Rede de Cidades e Serviços, constituem atualmente o principal foco de atuação da Setur para o desenvolvimento turístico regional no Estado, estruturando-se em um arranjo muito próximo ao pretendido pelo autor. Os circuitos são entidades sem fins lucrativos integradas por membros da sociedade civil e do poder público estadual e municipal. Existem no Estado 52 circuitos turísticos, sendo 42 associações de circuitos turísticos certificadas pela Setur. Segundo a Secretaria, cada circuito engloba um “conjunto de Municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, consolidando uma identidade regional”.

Assim, desde a implantação desse modelo, a Setur vem desenvolvendo suas ações de forma regionalizada a partir dos circuitos existentes, de acordo com as potencialidades e peculiaridades de cada destino, contando com a participação dos Municípios, da iniciativa privada e da comunidade local. Os circuitos recebem, assim, ações relativas à sinalização turística rodoviária, promoção do destino turístico, capacitação para o turismo, entre outras. É de se notar que a gestão por circuitos ganhou contornos abrangentes na definição de políticas públicas do Estado, vinculando até mesmo os recursos do Fundo de Assistência ao Turismo - Fastur -, que devem contemplar os investimentos nos circuitos turísticos certificados, entre outros.

Desse modo, não se pode deixar de considerar, como aponta a Setur na Nota Técnica n^o 07/2007, enviada a esta Casa, que “as possíveis ações e realizações propostas pelo Projeto de Lei n^o 160/2007 são verificadas nos Circuitos Turísticos, sendo que a implantação de outro 'procedimento' apenas ocasionaria novo e desnecessário ônus para os Municípios envolvidos”. A intenção do autor, portanto, já se encontra plenamente satisfeita, sendo similar a um programa já consolidado, que é, inclusive, referência na concepção de políticas públicas para o turismo. Assim, a vinda de um novo instrumento legal estabelecendo as áreas de interesse cultural, turístico e econômico entraria em choque com os mecanismos já existentes na definição e na gestão dos circuitos turísticos, revelando-se inoportuna.

Na mesma linha, quando o Projeto de Lei n^o 1268/2011, que ora analisamos, define que as Aitecs serão criadas por lei e formalizadas pelo Poder Executivo Estadual, mediante convênio com os Municípios interessados, é necessário que se traga à análise a figura dos consórcios públicos. Introduzida no ordenamento jurídico nacional através da Lei n^o 11.107, de 2005, e no ordenamento estadual pela Lei n^o 18.036, de 2009, a figura dos consórcios públicos entre os diversos entes da Federação permite a criação de vínculos contratuais entre eles para a realização de objetivos de interesse comum.

Nesse contexto, os consórcios públicos podem ser aplicados para a realização de esforços conjuntos, entre outras, nas áreas de segurança pública, saneamento básico, limpeza e conservação, todas descritas no rol de objetivos do projeto de lei em análise. Uma vez que a lei estadual de consórcios públicos, além de contemplar um conjunto de regras para a consorciação entre entes federativos, é regulamentada, consideramos redundante a aprovação de uma nova norma estadual que institua figura de cooperação interfederativa, haja vista a existência de semelhantes normas nos âmbitos estadual e federal, devidamente regulamentadas e vigentes.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei n^o 1.268/2011.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente e relator – Vanderlei Miranda – Rômulo Viegas.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.109/2011

Comissão de Administração Pública Relatório

De autoria do Governador do Estado, o Projeto de Lei n^o 2.109/2011 reajusta os valores das tabelas de vencimento básico das categorias que menciona.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 29/6/2011, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria, com as Emendas n^{os} 1 a 3, que apresentou.

Cumpra agora a esta Comissão examinar o mérito do projeto de lei em exame.

Fundamentação

A proposição em análise trata da concessão de reajustes remuneratórios a serem efetuados, no período de 2011 a 2015, às classes dos Policiais Cíveis e Militares, dos Bombeiros Militares, dos Agentes de Segurança Penitenciários, dos Agentes de Segurança Socioeducativos, às carreiras administrativas da Polícia Civil e do pessoal civil da Polícia Militar, e dos valores remanescentes das parcelas mensais dos contratos temporários de prestação de serviços de Agente de Segurança Penitenciário e de Agente de Segurança Socioeducativo.

Nos termos propostos, serão feitos os seguintes reajustes no vencimento básico das classes e carreiras citadas: de dez por cento em outubro de 2011, 2012 e 2013; de quinze por cento em junho de 2014 e de doze por cento em dezembro do mesmo ano; e de quinze por cento em abril de 2015.



Primeiramente, cumpre salientar a importância do investimento em segurança pública nos dias de hoje. O caos social, que se reflete nos índices crescentes de violência e criminalidade apurados em todo o Brasil, aponta para a necessidade de um aporte mais significativo de recursos públicos tanto em políticas sociais preventivas quanto no aparato administrativo de defesa social.

A medida estabelecida na proposição em comento resultará em uma prestação de serviços mais eficiente na esfera da segurança pública, pois, como as ações e os serviços de defesa social dependem primordialmente da ação do servidor, a atribuição de um salário adequado aos profissionais da área acarretará sua valorização, elevando a qualidade dos serviços públicos prestados.

É ponto pacífico a existência de uma relação entre remuneração e desempenho profissional, implicando eficiência do setor público e efetividade nos resultados das políticas públicas implementadas pelo Estado. Um dos principais estímulos para a maior parte das categorias de trabalhadores é o de natureza salarial. Ao perceber remuneração digna, suficiente para suprir as necessidades da família, o profissional evita um maior desgaste emocional, decorrente da insegurança material, tranquiliza-se quanto ao futuro seu e da família, dedica-se com mais afinco e disponibilidade ao trabalho e alcança melhores resultados.

O projeto sob exame traz a marca de um modelo de gestão pública no qual se procura reforçar a dignidade do servidor, valorizando seu trabalho e sua função estratégica na sociedade, razão pela qual opinamos por sua aprovação.

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou três emendas, com as quais concordamos, uma vez que aprimoram o projeto quanto à técnica legislativa, sendo a Emenda nº 3 de suma importância ao assegurar aos pensionistas que fazem jus à paridade a percepção do reajuste em questão.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.109/2011, com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2011.

Gustavo Corrêa, Presidente e relator - Neider Moreira - Bonifácio Mourão - Tadeu Martins Leite.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.224/2011

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.224/2011, de autoria do Deputado Leonardo Moreira, que dá a denominação de Prefeito João Bosco Brito Negreiros a ponte sobre o Rio Verde localizada na divisa dos Municípios de Pouso Alto e São Sebastião do Rio Verde, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.224/2011

Dá denominação a ponte sobre o Rio Verde localizada na Rodovia MG-350.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominada Prefeito João Bosco Brito Negreiros a ponte sobre o Rio Verde localizada na Rodovia MG-350, na divisa dos Municípios de Pouso Alto e São Sebastião do Rio Verde.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2011.

Duarte Bechir, Presidente – Ana Maria Resende, relatora – Bosco.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.332/2011

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.332/2011, de autoria da Deputada Ana Maria Resende, que dá a denominação de Corinto Mendes Corrêa à Rodovia MG-624, que liga os Municípios de Indaiabira e Taiobeiras, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.332/2011

Dá denominação ao trecho da LMG-624 que liga o Município de Indaiabira à LMG-602.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado Rodovia Corinto Mendes Corrêa o trecho da LMG-624 que liga o Município de Indaiabira à LMG-602.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2011.

Duarte Bechir, Presidente – Bosco, relator – Ana Maria Resende.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES****52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 29/6/2011**

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembleia, senhoras e senhores, boa tarde. Volto a esta tribuna para me manifestar sobre vários assuntos. O nobre Deputado Elismar Prado me fez antecipar o quealaria em terceiro lugar, falando sobre o apagão na educação. Não é apenas na educação, é também na saúde, na segurança e na esperança do povo mineiro e brasileiro. Preocupo-me. Preocupa-me, sim, ver um País que quer ser do Primeiro Mundo, quer crescer, desenvolver-se e não segue as regras básicas de países que cresceram, a distribuição do que arrecada do cidadão. E, no Município, é cobrado do Prefeito e do Vereador; no Estado é cobrado principalmente dos parlamentares.

Nosso país é o que mais cobra impostos no mundo, parece-me que só a Turquia tem carga tributária maior do que a do Brasil. Entretanto, ele não está devolvendo. O ex-Governador Aécio Neves, nosso grande líder, sempre trabalhou e lutou - fazemos coro a essa batalha - pelo pacto federativo. Se se arrecada no Município, ali deveria ficar a melhor fatia do bolo. Muitas vezes a efetividade, a rapidez dos recursos gastos pelo Município é maior, e o cidadão tem um benefício maior. Se alguém compra, por exemplo, um bem que custa R\$1.000,00, R\$480,00, R\$490,00 são de impostos. Desses R\$490,00, no mínimo a metade deveria voltar para o Município. Entretanto, apenas 14% voltam. Por isso os Municípios ficam angustiados, agoniados, apagando fogo sem conseguir distribuir as realizações com presteza para a comunidade.

Os governos dos Estados - temos até um governo muito efetivo, que faz as coisas acontecerem com o dinheiro que tem em mãos -, e não só Minas Gerais, têm ficado com pouco mais de 20% desse bolo. O governo federal fica com mais de 60%, e gasta mal. Temos visto gastos que não estão de acordo com o que esperávamos e com o que o povo precisa.

Assusta-me a situação de várias santas casas - o Deputado Neider Moreira é médico e conhece muito bem a situação desses hospitais, assim como também o Deputado Rômulo Viegas -, que viviam em uma condição tranquila ou pelo menos equilibrada e que hoje estão com a corda no pescoço, a água está batendo no nariz. O apagão da saúde, Deputado Elismar Prado, é preocupante. Tem gente ficando na fila por causa de uma cirurgia simples por dois, três anos. Se for uma cirurgia séria, ficam por muito mais tempo. Até os planos de saúde começaram a dar problema.

Então, assusta-me e preocupa-me a situação da saúde, e não só no Estado. Outro dia estava vendo uma reportagem de uma pessoa que pegou um ônibus no Maranhão para ir a Brasília fazer um tratamento. Quando chega lá, ela é benzida mais ou menos ou mesmo nem é atendida e volta para o Maranhão. Que País é este? Precisamos repensar toda uma estratégia do pacto federativo e cobrar de Estados e Municípios, mas dando-lhes ferramentas.

O Deputado Neider Moreira (em aparte)* - Deputado Antônio Carlos Arantes, hoje cedo participava de uma audiência pública na Comissão de Saúde, em que tratávamos da central de regulação de leitos. Naquele momento aproveitei para fazer um desabafo sobre a situação da saúde pública no País. Nos últimos anos seguramente tivemos um retrocesso em relação ao que vinha sendo implementado pelo SUS no País como um todo. Tenho absoluta convicção de que saúde pública deve ser tratada do ponto de vista suprapartidário, porque interessa a todos nós, a nossas famílias e à sociedade. Na verdade, o sucateamento progressivo na rede de atendimento hospitalar levará brevemente, se nada for feito, a um apagão na saúde - esse é o termo a se utilizar. Tivemos algum tempo atrás o apagão da energia; brevemente assistiremos ao apagão da saúde.

A situação dos hospitais é caótica. Não existe uma sistematização na fiscalização da execução orçamentária nas cidades com gestão plena no setor da saúde.

A Secretaria de Estado de Saúde não consegue fiscalizar, porque não tem mecanismos para fiscalizar a implementação desse orçamento. Na maioria das vezes, os hospitais filantrópicos, de maneira muito especial as santas casas - que têm uma rede muito grande no Estado de Minas Gerais -, estão ficando à míngua, com uma impossibilidade absoluta de reinvestimento para a modernização de seu atendimento e aumento da resolutividade. Assistiremos, brevemente, se nada for feito, a um apagão na saúde, com os pacientes morrendo à míngua nos corredores dos hospitais. Muito Obrigado.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Quero, em primeiro lugar, cumprimentá-lo e dar-lhe as boas-vindas. Gostaria também de dizer que respeito muito V. Exa., que é Presidente da nossa Comissão de Agropecuária e defende os interesses desse setor.

V. Exa. faz um pronunciamento de extrema importância, e eu, várias vezes, também já tratei desse assunto, qual seja, a preocupação com a distribuição dos recursos públicos. O Deputado Neider Moreira foi muito feliz em reforçar a questão do apagão da saúde. Estão ocorrendo também outros tipos de apagão no Brasil, a exemplo do apagão de mão de obra. Estamos precisando de mão de obra qualificada, estamos precisando atender à demanda das nossas indústrias. Portanto, isso está ocorrendo justamente em função do apagão de mão de obra. O governo federal anuncia que o Brasil está em uma das melhores situações, porém o quadro não é esse. O quadro é muito preocupante. Vamos aos exemplos: vejamos os nossos aeroportos, Deputado. Esse setor está enfrentando sucessivas crises relacionadas ao controle e à infraestrutura operacional, o que tem gerado atraso de viagens, queda no nível de serviço prestado pelas empresas aéreas e falta de credibilidade. E a Copa do Mundo está chegando!

Temos uma pesada carga tributária, uma das mais altas do mundo, de 35% do PIB. O Brasil tem um sistema complexo, que demanda investimento e tempo das empresas para administrá-lo. A taxa básica de juros, que é de 12,5% ao ano, reflete em encargos elevadíssimos na ponta do crédito para as empresas e para o consumidor, cuja média é de 46% ao ano. Eles diminuem a competitividade dos produtos brasileiros em relação a outros países, reduzindo também o mercado consumidor.

Deputado Antônio Carlos Arantes, temos essa preocupação porque, da forma como as coisas são anunciadas, fica parecendo que apenas Minas Gerais tem problema. Não! O governo federal tem inúmeros problemas, e não adianta separá-los, porque ele é um ente

ligado a Estados e Municípios. Esse é um princípio constitucional. Estão todos ligados. Os problemas são semelhantes, e o que precisa haver, como bem disse o Deputado Neider Moreira e V. Exa. no seu pronunciamento, é uma melhor distribuição de recursos, para mais, a fim de que os gestores, Governadores e Prefeitos tenham condições de atender às demandas da sociedade. Vejamos, por exemplo, as nossas rodovias. Dos 89,5km de rodovias pavimentadas, 69% apresentam alguma deficiência no pavimento, ou seja, na sinalização ou na geometria da via. Isso foi apontado por pesquisa da CNT. Praticamente 10% da malha rodoviária do País são utilizados, respondendo por 21% da matriz de transporte de cargas, que se concentra principalmente em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul.

Srs. Deputados, os nossos portos enfrentam problemas de acesso, devido a vias terrestres de má qualidade e à ociosidade da malha ferroviária. Além disso, é claro, existe a pressão urbanística, que impossibilita o aumento da área para recebimento ou para carregamento de mercadorias. Há também, Deputado, insuficiência de silos para armazenagem, e as tarifas são excessivas, encarecendo também a movimentação de contêineres. Apesar de tudo isso, a Copa do Mundo está chegando em 2014. Todos nós temos problemas. O Estado, o Município e a União, que é a célula maior da nossa pátria, têm problemas. O que temos de fazer é tercer para dar certo. Ninguém aqui deseja que as coisas deem errado. Contudo, é preciso que o governo federal tenha vontade para rever o pacto federativo.

A Presidente Dilma tem dado bons sinais e se mostra melhor que seu antecessor. Ela já está querendo renegociar as dívidas estratosféricas dos Estados - de todos os Estados -, e não apenas de Minas Gerais. Todos os Estados têm dívidas altamente expressivas, e a Presidente Dilma já quer renegociá-las, mudando esse indexador que é muito pesado, o IGD, a fim de que os governos consigam pagar suas dívidas. V. Exa. está de parabéns, é um fiel escudeiro do nosso Governador Anastasia, do mais eficiente Governador de Minas e do mais querido, o Senador Aécio Neves.

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - A verdade é que o governo tem que reagir rapidamente, porque a população brasileira está ficando sem ação, sem formas de buscar um dos direitos mais básicos de cada cidadão, que é a segurança. Devo falar rapidamente de segurança...

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado, dentro do que V. Exa. está tratando, sobre a situação do governo federal, só quero dar uma informação. Para se ter uma ideia de como o governo federal não tem cuidado com o dinheiro público, a Presidente Dilma foi a São Paulo fazer um "check-up", e a sua mala foi esquecida em Brasília. Foi enviado um jato com capacidade para mais de 100 pessoas para buscar uma mala. Esse jato se deslocou de São Paulo, foi a Brasília, pegou a mala da Presidente Dilma e voltou a São Paulo para a mala ser entregue à Presidente. Veja V. Exa., que trata as questões com tanta seriedade, como o recurso público é usado pelo PT e pelo PMDB no Brasil. Falam várias coisas aqui, mas a verdade é essa. Um jato para buscar uma mala. Isso é um escárnio com a população brasileira, população pobre. Utilizar um jato para buscar uma mala. Muito obrigado e parabéns pelo seu pronunciamento.

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Essa mala realmente "pegou pesado". Segurança nos Distritos é outra grande preocupação, mas falemos rapidamente sobre coisas boas. Falarei de café, que gera 8 milhões de empregos no Brasil, mais de 2 milhões de empregos no campo e que está vivendo um momento muito positivo, graças a Deus, gerando desenvolvimento e renda. Estivemos na Expocafé, na semana passada, em Três Pontas, que foi um sucesso, com mais de 200 milhões de produtos comercializados. Precisamos de uma política de proteção para que o produtor continue vivendo esse momento positivo. Foi tanto tempo perdendo dinheiro, oito anos sem ganhar, e agora vivemos um momento positivo. Vivemos um momento de abertura de novos mercados, como o mercado chinês. O chinês já começou a tomar café, e quanto mais café ele tomar mais o Brasil ganhará, porque o Brasil é o País que produz mais café. É o melhor café em qualidade hoje, já batendo o café colombiano. Temos que ver um horizonte positivo. Terça-feira, às 10 horas, o Governador realizará uma ação importante na Cidade Administrativa, onde lançará o programa de apoio à cafeicultura, café de qualidade, e por aí em diante. A verdade é que o café vive um momento importante para todos nós.

Para encerrar, queria dizer como estamos felizes com esse governo sério de Aécio e Anastasia, com 224 cidades obtendo suas rodovias. Na minha região, graças a Deus, qualquer cidadão que se desloque não andarás na terra em mais nenhuma cidade. Podemos comemorar a última conquista agora, São Pedro da União. Chegou a rodovia a São Pedro da União, via Juruaia. Nossos agradecimentos ao grande Governador Aécio Neves, que começou todo esse programa juntamente com o Governador atual, Anastasia, que hoje tem como Secretário de Obras o Deputado Federal Carlos Melles. Agora se busca um novo programa que interligará os pontos estratégicos do nosso Estado, com mais de 7.000km de rodovia que chegarão a todos os Municípios. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Fred Costa* - Boa tarde a todos. Cumprimento primeiramente o Presidente em exercício, Deputado José Henrique; as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados presentes; as senhoras e os senhores que acompanham a reunião ordinária de hoje, bem como os que nos acompanham por meio da TV Assembleia.

Há poucos dias, um jornal de grande circulação da cidade trouxe uma pesquisa de intenção de votos para a sucessão municipal. Mesmo estando há 15 meses dessa eleição, a pesquisa, para minha satisfação, não só citou o meu nome, mas também trouxe o nosso companheiro, Deputado Estadual João Leite, com 7% das intenções de voto. Felicito-o por isso. Da mesma forma, essa pesquisa citava a intenção de voto para Vereador. Para minha grata surpresa, estava eu na lista dos cinco mais indicados, mesmo tendo sido eleito Deputado Estadual recentemente. Ao meu lado, também fazendo parte dessa pesquisa, indicado por inúmeros belo-horizontinos, estava o Deputado João Vítor Xavier, certamente fazendo justiça ao seu esforço como homem público e sendo reconhecida sua importância no parlamento por parte dos cidadãos belo-horizontinos.

Faço esse breve preâmbulo não só para reconhecer o trabalho dos pares Deputados Estaduais João Leite e João Vítor Xavier, mas, muito mais do que isso, para convidar os presentes a uma reflexão. Essa mesma pesquisa apresentava como a maior preocupação do belo-horizontino e daquele que aqui reside a mobilidade urbana, demonstrando que mais dos 37% dos entrevistados estavam demasiadamente insatisfeitos com o transporte público coletivo. Nesse sentido entendo que todas as formas de esforços são meros paliativos. E aqui, de forma contundente, manifesto a minha indignação diante do investimento que será feito na cidade de Belo

Horizonte, criando as vias preferenciais para os ônibus. Isso, de forma isolada, não resolve o problema da cidade. Esse modelo, que já foi implantado na cidade de Curitiba, mas há duas décadas, na cidade Bogotá, há aproximadamente uma década, não pode ser o modelo utilizado na cidade Belo Horizonte e na Região Metropolitana. O que os belo-horizontinos esperam, moradores da Região Metropolitana, é o metrô.

Reunimos vários Deputados Estaduais signatários - posso afirmar que quase a totalidade dos 77 membros da Assembleia Legislativa, a Deputada Maria Tereza Lara, representando os anseios do povo de Betim, o Deputado Durval Ângelo, representante da cidade de Contagem, também eu -, e lançaremos hoje, às 16h, a frente parlamentar em defesa do metrô. É inadmissível que o metrô, que iniciou a sua construção no ano de 1981, completando, em 2011, 30 anos, tenha apenas 28,2km. São apenas 19 estações, com uma única linha não concluída, capaz apenas de atender a demanda de 5% do total da população de Belo Horizonte e Contagem. Logo, a consequência é a piora na qualidade de vida de todos os cidadãos. Não interessa se ele anda de Ferrari ou utiliza o ônibus, todos têm sua qualidade de vida prejudicada. Isso influencia na questão da segurança. Se tivéssemos um metrô de qualidade, certamente as pessoas andariam de forma mais segura, não sendo vulneráveis às atrocidades cometidas no trânsito.

Resalto também que temos o dever de trabalhar ao encontro do desenvolvimento sustentável. Para tanto, não existe modelo mais ecologicamente correto que o metrô.

Concederei aparte ao Deputado João Leite, ao Deputado João Vítor Xavier, à Deputada Maria Tereza Lara e aos demais Deputados que desejarem, mas antes gostaria de lembrar que é necessária e importante a participação de todos os Deputados. Desejamos, num trabalho suprapartidário, unir esforços de Câmaras de Vereadores e Prefeituras dos três Municípios, Deputados Estaduais, Congresso Nacional, representado pelos Deputados Federais e Senadores, governo do Estado e, finalmente, a Presidência da República. Lamento que a minha geração e a do Deputado João Vítor Xavier, de outros tantos presentes e que nos acompanham pela TV Assembleia, infelizmente, vem convivendo com inúmeras promessas jamais consolidadas em verdade. Esperamos, a partir dos esforços dessa frente parlamentar, que já tem definida uma agenda que vai desde a visita à CBTU na próxima semana, passa por visita a todos os Prefeitos diretamente envolvidos, ao Ministro dos Transportes, ao Ministro das Cidades e até mesmo à Presidente Dilma, conseguir, imbuídos do mesmo sentimento, num único esforço, promover a extensão da Linha 1 do metrô, além de garantir os investimentos da Linha 2, Pampulha-Savassi; da Linha 3, Barreiro-Região Hospitalar, e, quem sabe, chegar ao Centro de Contagem ou à cidade de Betim.

Vejo ali o nobre amigo Deputado João Leite, que tanto admiro, abaixando a cabeça, num riso, até sarcástico, que se mistura a um ar de enorme tristeza e decepção perante as inúmeras promessas, sobretudo as do governo federal, dizer: “Sonho”. Deputado João Leite, inúmeras pessoas se manifestaram por meio do Facebook e de “e-mails” para meu gabinete. Várias delas disseram a mesma coisa: que embora V. Exa. ache que é um sonho, devemos e temos a obrigação de lutar por ele. Espero acordar com esse sonho se transformando em realidade, porque, antes, o metrô era algo que todos almejávamos. Agora, esse meio de locomoção passa a ser uma necessidade da cidade de Belo Horizonte. Quero dizer a todos que começaremos uma enorme campanha com “outdoors”, adesivos de carro, panfletos e recolhimento de assinaturas e os dizeres: “Eu quero metrô. Embarque nessa ideia”.

O Deputado João Leite (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Fred Costa. V. Exa. fez a leitura correta: a decepção é muito grande. A decepção com o governo do PT e do PMDB dói muito porque, nos anos do governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, uma campanha pesada foi feita contra ele. Apesar disso, inaugurou nove estações de metrô em Belo Horizonte. Agora, nos oito anos ou mais do governo do PT e do PMDB, nada foi feito.

Enquanto V. Exa. falava, lembrei-me da minha infância na Vila Oeste, pois via o subúrbio passar. Ele ligava a Praça da Estação de Belo Horizonte a Betim; e, pelo outro lado, Sabará, Rio Acima, Raposos e Nova Lima. Tínhamos um sistema ferroviário mais amplo que o de hoje. V. Exa. mostrou os números: 28km. O metrô de Caracas é muito maior e foi financiado pelo BNDES.

Agora, o governo do PT dará R\$4.000.000.000,00 para a rede Carrefour, uma empresa francesa. Deputado Fred Costa, a Caixa Econômica Federal emprestará R\$1.000.000.000,00 a Belo Horizonte para a mobilidade. É emprestado, ou seja, Belo Horizonte terá de pagar esse valor.

O governo do Estado está dando R\$300.000.000,00 a fundo perdido para Belo Horizonte, a fim de fazer desapropriação na Avenida Pedro I. Como podemos acreditar no governo do PT e do PMDB?

Pedi isso a V. Exa.... Lançaremos hoje o “mentirômetro”, a mentira do PT e do PMDB. São mais de oito anos de mentira para Belo Horizonte e Região Metropolitana.

O Deputado Fred Costa* - Cuidado para a sua máquina estourar.

O Deputado João Leite (em aparte) - Já vi aqui sete Ministros descerem... Além disso, vi quando o Ministro Olívio Dutra desceu de helicóptero no trecho Calafate-Barreiro, com aquele vasto bigode gaúcho - aliás, é uma pessoa muito simpática -, anunciando, Deputado João Vítor Xavier, o ramal Calafate-Barreiro e fazendo uma festa. O “mentirômetro” é grande e o apresentaremos aqui, hoje, com apoio. Na verdade, V. Exas. verão o tamanho dele. Quero apoiar a sua iniciativa de acreditar nessa ideia e de ajudar a colocá-la em prática, porque dessa forma ajudaremos Belo Horizonte. A Prefeitura de Belo Horizonte faz bem, pois não dá para esperar mais o metrô. Com o BRT, retiraremos 50% das linhas de ônibus que vão ao centro de Belo Horizonte.

Deputado Fred Costa, parabéns pelos números e pelo reconhecimento da população de Belo Horizonte ao seu esforço e trabalho pela cidade.

O Deputado Fred Costa* - Obrigado, Deputado João Leite. Antes de conceder aparte ao Deputado João Vítor Xavier, gostaria só de fazer um lamento. Várias pessoas acabaram por se manifestar. Para a minha surpresa, até os Municípios de Juazeiro e Carari já estão com investimentos em metrô. Se formos além, veremos que Xangai tem 420km,; Londres, 408km; Nova Iorque, 468km; e outros tantos. V. Exa. é ligado ao esporte. Se a Copa do Mundo pode nos deixar um verdadeiro legado, tem de ser o metrô, com o advento do PAC da Mobilidade e dos investimentos que serão feitos nas cidades-sede da Copa do Mundo.

O Deputado João Vítor Xavier* - Deputado Fred Costa, muito obrigado. Quero parabenizá-lo. V. Exa. tem levantado essa bandeira desde a Câmara Municipal, onde fomos colegas. Sou testemunha de que a sua primeira ação como Deputado foi a organização dessa



frente parlamentar que se faz muito necessária para Belo Horizonte. E por isso há até o reconhecimento nas pesquisas, como já foi citado, do seu trabalho e da sua capacidade como homem público nessa cidade.

V. Exa. falou muito sobre sonho. Sonho é aquilo que, às vezes, temos para nós e as nossas vontades. Deputado Fred Costa, isso tem de ser uma meta e, para atingi-la, pode contar com todos nós, pois estaremos juntos irmanados nessa caminhada. Pode ter certeza de que V. Exa. encontrará nesta Casa, nos seus colegas, nos Deputados votados em Belo Horizonte e em todo o povo mineiro apoio para essa causa.

Quero fazer coro com o Deputado João Leite. É lamentável o que foi feito com Belo Horizonte. O ex-Presidente Fernando Henrique recebe muitas críticas, mas ninguém se lembra de que ele foi o último a fazer 1km de metrô em Belo Horizonte - aliás, não fez 1km, mas vários. Na verdade, foram várias estações inauguradas.

Portanto deixo aqui o nosso repúdio por essa atitude de abandono do governo federal em relação ao nosso metrô, ao nosso Anel Rodoviário, à nossa BR-381 e a tantas outras obras importantes que ficaram esquecidas. Parabéns pela iniciativa. Pode contar conosco.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Deputado Fred Costa, cumprimento-o por essa iniciativa. V. Exa. apresentou a proposta do metrô de Belo Horizonte. Eu e o Deputado Durval Ângelo lhe pedimos acoplar Betim e Contagem, e V. Exa. prontamente acatou a ideia. Só quero dizer que o momento é de esperança e confiança. Realmente há uma unidade só das três esferas de poder desta Casa. Já foi apresentada ao Ministério das Cidades uma carta-convite em que o governo do Estado e as Prefeituras de Belo Horizonte, de Betim e de Contagem fizeram a proposta de se incluir o metrô no PAC da Mobilidade. Essa carta está sendo acompanhada, e até agosto virá uma resposta. Discordo do Deputado João Leite, meu caro amigo, quando diz que não será realidade. Creio que o será, porque o sonho que se sonha junto se torna realidade.

Hoje temos muita força política, e a sociedade civil está unida para termos o metrô BH-Betim-Contagem. Portanto quero cumprimentá-lo e a todos os que estão nessa luta, que acredito será vitoriosa.

Hoje, às 16 horas, no Salão Nobre, haverá o lançamento da Frente Pró-Metrô BH-Betim-Contagem. Muito obrigada.

O Deputado Fred Costa* - Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara. Reafirmando: só estou participando dessa frente, porque acredito muito que possamos fazer com que esse objetivo, que é uma necessidade - muito mais que um sonho -, seja transformado em realidade. Dessa forma, espero que todos, imbuídos de um só sentimento, trabalhando nessa frente parlamentar, consigamos o que nós, belo-horizontinos e moradores da Região Metropolitana, esperamos. Lembro ainda que estamos inseridos no 3º maior conglomerado urbano do Brasil, que é também o 7º da América, portanto é extremamente necessário conseguirmos investimentos para o metrô.

Agradeço ao Sr. Presidente e a todos os Deputados que vêm engrossando essa fileira conosco.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, mineiros e mineiras que nos acompanham pela TV Assembleia nas diversas cidades de Minas Gerais, boa-tarde.

Início minha fala para dar boas notícias, ao contrário do que fazem alguns colegas que se mostram pessimistas, que torcem por que tudo dê errado, como é o caso do Deputado João Leite. Ele acredita que nada acontecerá em Minas Gerais no que se refere ao governo federal, o que é um grande equívoco. Temos recebido um tratamento diferenciado, especial. Minas Gerais nunca foi tão bem tratada pelo governo federal como vem sendo tratada nos últimos oito anos. Isso ocorreu no governo do Presidente Lula e principalmente agora no início do governo da Presidente Dilma, que está só começando e já anunciou mais de R\$20.000.000.000,00 em investimentos no Estado para os próximos quatro anos.

Deputado Elismar Prado, quero também trazer mais uma boa notícia. Essa notícia foi muito esperada pelos Prefeitos, pelos Vereadores, pela classe política e, principalmente, pela população do Norte de Minas Gerais: a criação de uma Superintendência da Caixa Econômica Federal em Montes Claros.

Por incrível que pareça, a sede da Superintendência Norte, que atende ao Norte de Minas, localiza-se em Belo Horizonte, e há cidades que estão a 900km daqui. Depois de várias cobranças, muitas audiências de que participamos lá em Brasília, até com a presença do Vice-Presidente à época, o Édilo Ricardo Valadares - eu e o Deputado Virgílio Guimarães estivemos com ele no mês de fevereiro -, tivemos a satisfação de receber a boa notícia. Recebi hoje a ligação do Édilo Valadares, atual Diretor de Pessoa Física da Caixa em Brasília, para nos dar a brilhante notícia, a mais esperada pela região, de que, ainda este ano - já foi publicado e aprovado no conselho -, será instalada, em Montes Claros, a nossa tão sonhada Superintendência da Caixa Econômica Federal e também a Gidur.

Hoje um Prefeito, ao receber recursos do governo federal, tem de sair de lá e vir, às vezes, 5, 10 ou 20 vezes em Belo Horizonte, gastando muitos recursos públicos para conseguir liberar uma verba pública. Com a criação dessa Superintendência em Montes Claros, vamos diminuir a democracia, encurtar os caminhos e fazer com que os recursos do governo federal e da Caixa Econômica Federal cheguem rapidamente a toda a população do Norte de Minas Gerais.

É com grande satisfação que concedo aparte ao nobre colega, Deputado Elismar Prado.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Obrigado, Deputado Paulo Guedes, a quem parabeno pelo pronunciamento. Aproveito para insistir no assunto do piso salarial nacional da educação. Disse há pouco, em questão de ordem, que geralmente o foco da imprensa é o transtorno causado pelas manifestações, notadamente no que se refere ao trânsito, e o prejuízo aos alunos. Sabemos que o prejuízo é grande e ninguém quer a greve, muito menos os trabalhadores da educação. Mas não se fala no salário de fome dos professores: para os de nível médio, por exemplo, o salário é R\$360,00. Assim, temos de insistir realmente em dizer que o Supremo Tribunal Federal já considerou constitucional a Lei no 11.738, que institui o piso, portanto, cabe ao governo do Estado cumpri-la. Estivemos hoje novamente com os trabalhadores da educação, assim como com os da saúde e os do Ipsemg, ouvindo suas reivindicações. Esperamos que o governo do Estado se manifeste o mais urgentemente possível para que os professores voltem à sala de aula. Queremos que o governo cumpra a lei do piso salarial da educação.



Em tempo, Deputado, quero dizer que realizamos, na segunda-feira desta semana, um debate público, por requerimento de minha iniciativa, para discutir a Lei no 11.769, pela qual o ensino de música torna-se obrigatório na grade curricular de toda a educação básica - nos ensinos infantil, fundamental e médio das escolas públicas e privadas. Aprovamos essa lei em Brasília, onde, aliás, fui autor da proposição, quando Deputado Federal. A lei foi aprovada na Comissão de Educação, da qual fui membro titular - fui o autor do primeiro texto dessa lei; depois, o governo enviou outra redação, mas participamos de toda a formulação da matéria, que conseguimos aprovar. A lei foi sancionada em agosto de 2008, e no texto estabelecemos que os Estados e Municípios teriam o prazo de três anos para implementar o ensino de música nas escolas. Assim, o prazo vence em agosto deste ano, mas ainda não ouvimos do governo do Estado qualquer manifestação clara sobre os preparativos que vem tomando para implementá-lo. Por exemplo, qual será a metodologia aplicada para inserir o conteúdo de música no currículo das nossas escolas? Ao defender essa lei, Deputado Paulo Guedes, não pretendemos formar músicos profissionais, mas utilizar a música como recurso pedagógico e formativo para trabalhar a concentração das nossas crianças, sua sociabilidade e habilidades motoras. A ideia é ensinar pela música, tornar o processo de ensino e aprendizagem mais prazeroso e atrativo. Por meio da música, ensinar história, matemática, geografia, etc.; enfim, trazer mais qualidade à educação. Temos conservatórios e universidades que, com cursos de especialização em música, poderão contribuir para a formação dos professores que vão atuar nas escolas, ministrando o conteúdo música dentro da disciplina Educação Artística. Assim, quero agradecer a todos os convidados e demais participantes do nosso debate e aos alunos do Colégio Loyola, que aqui fizeram uma apresentação musical extraordinária. O Colégio Loyola, que tem o ensino de música em sua grade curricular, é uma escola particular, mas queremos que a música seja levada a todas as escolas públicas. Espero que essa não seja mais uma lei para a qual o governo vá virar as costas, descumprindo-a. Queremos que ele cumpra as Leis nos 11.738, do piso, e 11.769, do ensino de música nas escolas.

Finalizando, o Deputado João Leite referiu-se aqui ao “mentirômetro”, que deve valer para todos.

Na verdade, temos de nos lembrar que o governo anterior do Estado prometeu o terceiro maior salário e o auxílio-periculosidade à Polícia Civil, que aliás está em greve também. Importante ressaltar que o auxílio-periculosidade consta na Constituição do Estado, mas o governo não cumpre a lei.

Temos uma série de promessas do governo do Estado e, por essa razão, esperamos que essa máquina, o “mentirômetro”, possa registrar todas as mentiras ditas pelo governo do Estado. Que o governo cumpra a sua palavra em todos os sentidos e pague a lei do piso, pois os professores não suportam o salário de fome e de miséria que têm. Espero que os professores sejam realmente respeitados para que, como já disse, não aconteça um verdadeiro “apagão” escolar. Daqui a pouco ninguém mais seguirá a carreira do magistério, porque já falta professor de Matemática, de Física e de Química. Precisamos urgentemente recuperar a dignidade dos trabalhadores da educação cumprindo o que diz a lei, pagando o piso como vencimento básico e não como subsídio, que, na verdade, é uma enganação e acaba prejudicando a carreira do magistério. Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Paulo Guedes, serei rápido. Em consonância com V. Exa., apenas gostaria de dar alguns dados importantes também do Brasil. Na verdade, parece-me que vivemos em dois países diferentes; porém podemos afirmar que o Brasil evoluiu e continua evoluindo muito. Nosso país evoluiu com o Presidente Lula e, agora, com a Presidenta Dilma, em muitos pontos. Não sei se ontem V. Exa. prestou atenção em um dado mencionado aqui: o Brasil foi, dos países do mundo, o que cresceu e dividiu renda. Ou seja, foi o único dos países grandes em desenvolvimento que cresceu dividindo renda. Esse é o grande pulo do gato do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Mas, não contentes com isso, queremos sempre mais, não é mesmo, Deputado Paulo Guedes?

A Presidenta Dilma anunciou agora o programa “Brasil sem Miséria” para 16.200.000 pessoas que vivem com menos de R\$70,00 por mês. Trata-se de uma expansão do programa que ajudará muito o Norte de Minas e o Nordeste brasileiro. Os dados desse programa realmente nos entusiasma, e o MEC anunciou também agora 92 mil bolsas de estudo em instituições privadas relativas ao ProUni, o maior programa mundial de acesso às universidades para pobres e para quem estuda em escolas públicas.

Em contraposição, para inaugurar o “mentirômetro” do Deputado João Leite, o dado que temos é que Minas Gerais está em 27º lugar, com um salário-base de R\$369,89. Vejam o “mentirômetro” do governo do Estado, que fala que paga aos professores um salário digno, mas é o 27º, como foi já mostrado pelo Sind-UTE e pelos professores. Sem dúvida alguma, R\$369,89 é o pior salário do Brasil. Esse é o “mentirômetro” que faz Anastasia e fez Aécio Neves. Um abraço.

O Deputado Paulo Guedes* - Deputado Rogério Correia, para completar o “mentirômetro”, e como disse também o Deputado Elismar Prado, é uma vergonha muitos professores terem um piso salarial ainda de R\$369,89. Do jeito que vai, Deputado, o Bolsa Família será maior do que o piso salarial dos professores em Minas Gerais. Já está quase passando.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Paulo Guedes, é uma honra apartear-lo. Quando V. Exa. comemora que a CEF está inaugurando uma agência, gostaria que lembrasse também à CEF e ao Banco do Brasil que mais de 300 Municípios em Minas Gerais não têm agência da CEF nem do Banco do Brasil. Precisamos efetivamente despertá-los para o fato de que esses Municípios mineiros não foram ainda lembrados por eles.

No que se refere aos apartes feitos a V. Exa., gostaríamos de lhe dizer com muita certeza e segurança, não só a esta Casa, mas também a todo o povo que nos assiste pela TV Assembleia, que o piso nacional é de R\$1.187,00 para uma jornada de até 40 horas. Se ela for inferior a 40 horas, por lei, é permitido o piso inferior a R\$1.187,00. Não sou eu quem está falando, é a lei federal. O piso em Minas Gerais é de R\$1.122,00 para uma jornada de 30 horas: 24 horas na escola e 6 horas em casa. E o piso para 24 horas é de R\$730,00. Desafio a Oposição e aqueles Deputados que disseram aqui que o piso em Minas é de R\$360,00 a trazerem prova documental nesse sentido.

Deputado Bosco, não existe. V. Exa., que é Presidente da Comissão de Educação nesta Casa, sabe que não existe em Minas Gerais esse piso de R\$360,00. Isso é demagogia. Na verdade, o Deputado João Leite tem razão: isso é mentira. As professoras de Minas sabem que não existe esse piso de R\$360,00 em Minas Gerais. O menor é de R\$730,00 para uma jornada de 24 horas. E mais: o Supremo Tribunal Federal, ao examinar essa questão, proferiu um acórdão que ainda não foi publicado, e acórdão que não é publicado

não produz efeito jurídico. A publicação é exatamente para o conhecimento de todos e para produzir efeito jurídico. E o próprio acórdão, cujo conteúdo já conhecemos, fala em jornada de 40 horas. Muito obrigado, Deputado Paulo Guedes.

O Deputado Paulo Guedes* - Agradeço, Deputado Bonifácio Mourão. No que se refere ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, concordamos realmente que eles precisam chegar mais perto dos Municípios onde não há agência.

Temos uma boa notícia: o Banco do Brasil acabou de adquirir o Banco Postal, que era dos Correios em parceria com o Bradesco. Portanto, o Banco do Brasil estará presente em todos os Municípios do Brasil e, então, de Minas, por meio do Banco Postal.

No que se refere ao piso salarial, quero discordar. Não são só os professores, temos várias categorias em Minas Gerais recebendo menos de um salário mínimo: os serventes de escolas, o pessoal da segurança pública que trabalha nas secretarias, muitos da saúde, tanto é que o Estado está parado. A segurança pública está parada, e a saúde está parando. Faltam médicos, falta tudo nos hospitais do interior.

Então, o Governador, que está viajando para a Europa, deveria chegar e se posicionar com relação ao piso salarial dos professores. Tenho vários contracheques. Trarei depois para mostrar ao companheiro Bonifácio Mourão. Era bom que o Governador chegasse e tomasse as providências. Ele deveria se preocupar menos com 2014, com a campanha do Aécio.

Deputada Liza Prado, o Governador nomeou um ex-Senador do Amapá, Papaléo Paes, se não me engano, para ser Conselheiro da Gasmig, recebendo R\$8.000,00 por reunião. Ao invés de Papaléo no Amapá, ele está papando é o dinheiro do povo de Minas. Isso é um absurdo. Não podemos aceitar.

O ex-Prefeito de Cuiabá, Wilson Santos, está recebendo R\$10.000,00 por reunião para ser Conselheiro de uma empresa concessionária da Cemig. Então, o Governador precisa chegar a Minas Gerais e tomar providência.

Para finalizar, o governo precisa se preocupar com essas questões, esquecer um pouco a pauta de 2014 e a campanha do Aécio, que estão muito longe ainda, e concentrar-se em administrar a cidade e resolver os problemas da saúde e da educação, para que o Estado volte a funcionar, porque infelizmente o Estado de Minas está parado; nada está funcionando.

É preciso também preocupar-se com a questão da segurança pública, não apenas na Capital, mas também no interior. Nas cidades do interior, faltam policiais, Delegados; falta Defensor Público nas comarcas, Promotor, Juiz, falta tudo. Então, precisamos tomar providência para que realmente o Estado de Minas Gerais volte a funcionar nas questões de que a população mais precisa, saúde, educação e segurança. Precisamos esquecer essa pauta de 2014, que infelizmente tomou conta da Assembleia, liderada pelos Líderes do Governo na Casa, que insistem em trazê-la para cá, insistem em usar esta tribuna para propagar a candidatura de Aécio. O ano de 2014 está muito longe. Vamos nos preocupar em governar Minas e resolver os problemas da saúde, da educação e dos nossos professores, que lutam pelo piso salarial profissional. O piso salarial da educação de Minas Gerais é o pior de todos os Estados do País, está em 27º lugar.

* - Sem revisão do orador.

53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 30/6/2011

O Deputado João Vítor Xavier* - Sr. Presidente, caros colegas Deputados e Deputadas, o assunto que me traz aqui mais uma vez é um drama contínuo, corriqueiro, diário e, infelizmente, sem solução para todos nós do Estado de Minas Gerais: a BR-381, que, de ontem para hoje, foi palco novamente de mais uma lamentável situação constrangedora para cada motorista e cidadão da Grande BH. Somos obrigados a ter uma estrada que já não anda nem flui nem tem um trânsito dos mais agradáveis; a rodovia ficou parada mais uma vez. Ouvimos hoje pela Rádio Itatiaia uma denúncia feita pela repórter Alessandra Mendes, respaldada pelo radialista Eduardo Costa, de que os motoristas de caminhões estão tendo de pagar pedágio para passar pela ponte provisória de ferro. Uma acusação das mais graves, Sr. Presidente. Segundo a apuração da repórter, os policiais que fazem o trânsito na ponte estão convidando os motoristas a passar após deixarem o famoso “cafezinho”. É inadmissível uma situação como essa - aliás, situações como essa, Sr. Presidente, é que levaram os caminhoneiros a parar a estrada de ontem para hoje. Não estou aqui para defender nenhum tipo de rebelião, mas quero dizer que compreendo a insatisfação e a revolta dos caminhoneiros que paralisaram a BR-381 de ontem para hoje.

Sou de família de caminhoneiros. Meu avô foi caminhoneiro durante toda a sua vida, meus tios são todos caminhoneiros, e nós conhecemos a situação do caminhoneiro no nosso país. Ele sai de casa e não sabe se vai voltar; ele vê a esposa e não sabe se no dia seguinte a verá novamente; ele vê os filhos e não sabe se é pela última vez, porque as estradas do Brasil, em especial as rodovias federais, não oferecem a menor condição de dignidade de trabalho para quem quer transportar o patrimônio do nosso país, para quem quer fazer fluir a economia do nosso país. É uma vergonha o que temos passado na BR-381. Até quando teremos de aguentar esse descaso do governo federal? Já recebemos aqui a Presidente Dilma Rousseff, depois de eleita, por algumas vezes, e todas elas para receber homenagens, para rapapés, para tapinhas nas costas. Queremos a presença da Presidente Dilma aqui em Belo Horizonte para trazer soluções práticas do governo federal para o povo de Minas Gerais, Deputado Antônio Carlos Arantes.

Não aguentamos mais esse descaso do governo. Vamos ter de pagar a conta em Minas do descaso do governo federal até quando? Somos responsáveis por 10% dos impostos arrecadados no Brasil e recebemos de volta apenas 2% do governo federal. Minas Gerais está subsidiando o desenvolvimento de outras regiões do Brasil. O dinheiro que o povo de Minas paga de imposto, que vai para o governo federal, está pagando construção de estrada no Nordeste e no Norte, está pagando a construção de aeroporto no Nordeste, para o governo federal fazer cortesia para outras regiões do Brasil com dinheiro do povo de Minas Gerais. Até quando vamos pagar 10% do tributo do Brasil e vamos receber de volta do governo federal apenas 2%? Nosso povo está morrendo na BR-381. A nossa economia está sendo travada nessa estrada maldita. É uma vergonha o que o DNIT permite que aconteça na BR-381. Sou da região de Belo Horizonte, de Caeté, e cansei de perder amigos e de perder compromissos. A vida é o que há de mais importante. Nada se compara à perda de uma vida. Agora, imaginem o que se perde na economia de Minas Gerais diariamente, por causa dessa ponte. Quantas pessoas não conseguem negociar por causa da BR-381? Quantas pessoas perdem consultas médicas, perdem o trabalho, o



emprego por causa dessa rodovia? Ninguém quer contratar pessoas que vivem em Caeté, em Barão de Coacais, em João Monlevade, porque não sabem se elas vão chegar para trabalhar. E isso porque não há uma ponte decente. Daí os caminhoneiros, revoltados com essa situação, que já não aguentam mais, porque tudo tem um limite e, chega um dia, basta. Paralisaram a BR ontem porque estão sendo achacados pela polícia, que deveria dar segurança. O caminhoneiro é assaltado na estrada, ele tem de pagar para dormir num posto de gasolina com segurança particular, porque não tem conforto, segurança e dignidade na estrada. E, pior, a denúncia feita hoje pela Rádio Itatiaia é que esses caminhoneiros estão sendo achacados para passar na ponte. A informação dada na Rádio Itatiaia pela equipe de jornalismo é que os caminhoneiros chegam na estrada e perguntam: “Pode passar ou não?”. Tem de ver se tem aí um “cafezinho” para passar. Se tiver o “cafezinho”, Deputado João Leite, passa. Se não tiver o “cafezinho”, Deputado Luiz Carlos Miranda, o caminhoneiro não chega ao Vale do Aço. A questão ali tem de ser técnica. Se houver condição técnica para o caminhoneiro passar, que ele passe; se não houver condição técnica, que ele não passe. Agora, não dá para aceitar que o povo mineiro e o caminhoneiro mineiro sejam achacados numa BR que mata o nosso povo no dia a dia.

O Deputado Antônio Carlos Arantes (em aparte)* - Cumprimento-o, Deputado João Vítor Xavier, por apresentar, mais uma vez, um assunto da maior importância para Minas Gerais e para o Brasil. Fico pensando por que não há planejamento neste país, não há um orçamento que realmente mostre a carência e a necessidade do povo. Dando um exemplo, já estão planejando e colocando no papel, já estão falando em investimentos de R\$40.000.000.000,00 para fazer o trem rápido, de alta velocidade, entre Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro. O que é mais importante: será que é fazer o trem ou duplicar a BR-381?

O Deputado João Vítor Xavier* - Ou fazer o metrô em tantas outras Capitais.

O Deputado Antônio Carlos Arantes (em aparte)* - Ou, com esses R\$40.000.000.000,00, fazer metrô em, pelo menos, umas cinco ou seis Capitais do Brasil. Na semana passada estive na China. Deputado João Leite, na cidade de Xangai são 480km de metrô. As grandes vias ficam tranquilas, sem muito movimento, porque o pessoal anda de metrô. Aqui faltam planejamento e direcionamento, como V. Exa. bem disse. É muito boa essa reflexão que V. Exa. faz porque nos mostra que queremos mesmo é o nosso dinheiro. Queremos o dinheiro mineiro sendo aplicado em Minas Gerais, e não em outros Estados. Fui ao Nordeste no final do ano e vi a duplicação de rodovias de Natal, Pernambuco, Recife, descendo para ali abaixo à vontade. Os nordestinos merecem e precisam, mas por que deixar os mineiros para trás? Quero encerrar, pois seu pronunciamento está indo muito bem. Quanto à questão da ponte, parece-me que lá a polícia está deixando passar apenas caminhão que não seja bitrém. Carretas e caminhões que não sejam bitrém podem passar carregados, mas um bitrém vazio, que é mais maneiro que uma carreta normal, não pode passar. Isso é falta de bom-senso. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Deputado João Vítor Xavier* - Pelo que ficamos sabendo por denúncias da imprensa, qualquer veículo pode passar, depende do “cafezinho”. Se tiver para o cafezinho, passa; se não tiver, não passa. Isso é revoltante. O caminhoneiro está sendo achacado. O cidadão de bem não pode transitar e fazer o seu caminho.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado João Vítor Xavier, V. Exa. retira de nós, nesta tarde na Assembleia Legislativa, um sentimento de total indignação com o governo do PT e do PMDB. Nunca antes na história de Minas Gerais tivemos um governo tão ruim para o nosso Estado como o do PT e do PMDB. É muito triste o relato que V. Exa. faz, e muito bem, da tribuna da Assembleia Legislativa nesta tarde. A denúncia que V. Exa. traz, além de todo o sofrimento dos nossos trabalhadores na estrada, é que eles têm de conviver com o achaque, com o suborno. É lamentável o que está acontecendo em Minas Gerais, patrocinado pelo governo do PT e do PMDB. Agora mesmo estou saindo para o Leste de Minas Gerais, irei a Manhumirim, Alto Caparaó, São José do Mantimento e Governador Valadares. Já estou pensando como vou sair de Belo Horizonte. Devo ir a Sabará, passar por 15km de terra na Região Metropolitana de Belo Horizonte para chegar a Ravena. Esse trajeto será para evitar essa confusão. Enquanto isso, o governo do PT está liberando R\$4.000.000.000,00 para uma empresa francesa comprar uma rede de supermercados brasileiros; enquanto isso o governo do PT está liberando R\$4.000.000.000,00 para fazer o trem-bala. E nós não conseguimos sair de Belo Horizonte. E os nossos caminhoneiros, trabalhadores da estrada, estão sendo achacados. Isso é inaceitável, Deputado João Vítor Xavier. Não quero tomar o tempo do seu pronunciamento, mas estou solidário com sua manifestação em nome dos trabalhadores da estrada, de Caeté, de Sabará e das cidades onde V. Exa. foi votado, que hoje não conseguem trabalho porque o PT abandonou o trabalhador deste Brasil e uniu-se às empresas multinacionais, dando-lhes R\$4.000.000.000,00 e investindo em outros países. V. Exa. retirou de nós esse sentimento de revolta contra o que o governo federal, contra o que o PT e o PMDB estão fazendo com Minas Gerais. Parabéns, Deputado João Vítor Xavier.

O Deputado João Vítor Xavier* - Obrigado, Deputado João Leite. Tenho dito com muita clareza, desde os tempos em que era Vereador aqui em Belo Horizonte, que não podemos aceitar que o Brasil financie estradas na Bolívia e na Venezuela. Não podemos permitir que os amigos latinos do Presidente Lula, muitos com seriíssimo perfil ditatorial, de déspotas, continuem sendo beneficiados com empréstimos a fundo perdido do BNDES para construção de estradas em seus países - como a Venezuela, a Bolívia e outros cantos da América Latina -, enquanto o nosso povo morre na BR-381 ou fica parado por falta de metrô. Não conheço ninguém que, em sua consciência, arrume a casa do vizinho enquanto o seu filho não tem banheiro para ir; que arrume o jardim do vizinho enquanto o seu está desarrumado; que compre uma cama para a casa do vizinho enquanto sua família dorme no chão. E é isso o que o Brasil está fazendo. O nosso povo dorme no chão para o venezuelano ter metrô; nosso povo morre na BR-381 para o boliviano ter estrada.

O Deputado Luiz Carlos Miranda - Cumprimento o nobre colega Deputado João Vítor Xavier, que com seu pronunciamento nos desperta o mesmo sentimento a que se referiu o Deputado João Leite. Recentemente realizamos uma audiência para discutir o futuro da Usiminas, cujo Presidente nos comunicou que está gastando mais de R\$1.000.000,00 por semana com transporte, o que fará com que a Usiminas não invista no Vale do Aço. Não se trata apenas do problema circunstancial da ponte; se não tivermos um planejamento definitivo, como disse V. Exa., na hora em que essa ponte estiver pronta e o transporte por ela for liberado, outras tantas terão os mesmos problemas. Ou seja, a questão não se resolve com a ponte que está sendo reconstruída.

E me preocupa muito que o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais esteja sendo impedido por falta da intervenção do governo federal, que não se preocupa com o que há de mais sagrado para o trabalhador, que é o seu emprego. O homem que tem emprego tem



dignidade e honra; o homem que não tem emprego sai de casa pela manhã sem saber onde buscar o sustento para sua família, não tem como sobreviver e não pode dar qualidade de vida para a família. Assim, cumprimento V. Exa. por levantar esse assunto neste momento, ressaltando que temos de intensificar nossa atuação. Definitivamente, não podemos todos ficar apenas fazendo críticas; precisamos ir para a prática, precisamos fazer com que o Estado de Minas seja respeitado e a região do Leste mineiro seja reconhecida como a que produz 16% do PIB estadual. Parabéns, Deputado. Muito obrigado.

O Deputado João Vítor Xavier* - Obrigado, Deputado Luiz Carlos Miranda. Quero reiterar a insatisfação com o atual cenário brasileiro: pagamos 10% dos impostos do Brasil ao governo federal, mas apenas 2% retornam para investimentos em Minas Gerais. Obviamente, sabemos da importância do desenvolvimento do Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste, enfim, de todas as regiões do País. Mas sabemos também que Minas Gerais está abandonada e sabemos o motivo desse abandono: uma pura e simples retaliação política pelo fato de Minas ter hoje a única liderança que, nacionalmente, incomoda o atual governo federal, que é o Senador Aécio Neves. Esse é o grande problema: o PT não está tendo a capacidade de deixar as questões eleitorais em segundo plano e de respeitar o povo de Minas Gerais, investindo os recursos que este Estado merece e de que tanto precisa. E isso por um simples motivo: incômodo com a possibilidade, cada vez mais real, de haver em 2014 o embate eleitoral e político entre o Senador Aécio Neves e a Presidente Dilma. É uma pena que seja dessa maneira, com retaliação ao povo mineiro, que nos trata uma Presidente nascida em Minas, mas que, pelo que estou sentindo, não tem tanto carinho pelo Estado; basta lembrarmos que o Presidente Lula tinha mais Ministros mineiros do que ela. É lamentável ver que é dessa maneira que o povo mineiro está sendo tratado pelo governo federal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Tadeu Martins Leite* - Boa-tarde, caro Presidente nesta reunião, Alencar da Silveira Jr., mais conhecido como "Alencarzinho". Quero cumprimentá-lo, e também aos nossos queridos pares nesta Casa; aos telespectadores da TV Assembleia, tão prestigiada em Minas Gerais, às pessoas presentes.

Sr. Presidente, quero prestar contas de duas audiências de que participei: uma, em Montes Claros, na segunda-feira, e a outra, ontem, em Juiz de Fora. Em ambas discutimos a situação das cidades pré-selecionadas como subsedes, ou "base camps", da Copa de 2014. Montes Claros, Juiz de Fora, Extrema, Matias Barbosa, Uberlândia e Araxá foram pré-selecionadas.

Como já disse, houve uma audiência pública em Montes Claros, na segunda-feira e, graças a Deus, ela foi muito concorrida, pois estavam presentes a Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, representada pelo Deputado Pompílio Canavez; a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, representada por mim, como Vice-Presidente; e o Secretário Extraordinário da Copa do Mundo, Sérgio Barroso. Foi uma audiência muito proveitosa, e felizmente pudemos discutir a situação de Montes Claros. Montes Claros foi pré-selecionada, e isso é muito importante. É claro que temos muito que fazer para, de fato, tornarmos essas cidades pré-selecionadas subsedes.

É bom lembrar, por exemplo, que, no Estado de São Paulo, foram selecionadas mais de 60 cidades e, em Minas, apenas 6. Por essa razão, a Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude estão fazendo um trabalho para que as seis sejam selecionadas. Não podemos nos dar ao luxo de perder nenhuma cidade, Deputado Bosco, inclusive Araxá. Esse é um trabalho que as Comissões começam a fazer agora. Percorremos as seis cidades com a intenção de consolidá-las como subsedes.

No caso de Montes Claros, não foi diferente. Houve uma audiência de que o Secretário Carlos Pimenta também participou. Na ocasião, pudemos discutir as condições da cidade para ser subsele da Copa de 2014. No primeiro levantamento da Fifa, a cidade foi bem. Afinal, temos lá dois ou três campos, que podem servir como campos de treinamento para as seleções; uma rede hoteleira excelente; além disso, a situação dos bares e dos restaurantes é muito boa. O principal motivo de muitas cidades não passarem nessa primeira etapa da Fifa é a questão dos aeroportos. O aeroporto de Montes Claros tem a 2ª maior pista do Estado, menor apenas que a do aeroporto de Confins. Portanto é um aeroporto capacitado para, de fato, receber a Copa; tem fluxo permanente, com sete voos diários, e boa estrutura. Atualmente, ele está passando por uma reforma, com um gasto de mais de R\$43.000.000,00. Então, o principal ponto a favor de Montes Claros é o seu aeroporto.

É claro que temos de melhorar. A partir do momento em que a cidade for selecionada de fato - o que será bom não só para a cidade, mas também para toda a região do Norte de Minas, do Jequitinhonha e do Mucuri -, a classe política em conjunto, todos os agentes políticos, o governo do Estado, o governo federal, o pessoal da Fifa e a Prefeitura Municipal terão de promover as melhorias necessárias.

Os campos que existem lá já servem, mas, até 2014, quem sabe ainda conseguimos um estádio municipal para a cidade de Montes Claros, para a região do Norte de Minas, eis aí o grande sonho dos montes-clarenses. Então, é preciso despertar a classe política para concretizar esse sonho montes-clarenses e norte-mineiro. Mas é evidente que só conseguiremos isso com o apoio de todos os Deputados, de toda a classe política.

Ontem estive em Juiz de Fora. A cidade recebeu muito bem as Comissões de Esporte e Turismo. Houve uma grande audiência pública, com a presença do Deputado Bruno Siqueira, votado na região; do Deputado Wilson Batista; sob a Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Houve uma grande discussão. Juiz de Fora e Matias Barbosa têm também ótimas condições de receber as seleções, por ocasião da Copa de 2014. Ambas têm uma estrutura muito boa.

Doutor Viana, agora cabe a cada cidade fazer o seu "lobby", ou seja, convencer as seleções que virão ao Brasil de que tem porte, vontade e muito que oferecer. As seleções precisam sentir que serão bem acolhidas. É claro que se deve promover a capacitação de todas as pessoas e empresas envolvidas nas referidas cidades. Temos de fazer esse trabalho tão importante para as cidades. E, depois que, se Deus quiser!, selecionarmos e garantirmos essas seis cidades como subsedes, por que não lutarmos para aumentar o número de subsedes em Minas? Isso será bom não só para as regiões envolvidas, mas também para o Estado de Minas Gerais, pois é nosso objetivo, quem sabe?, abrir a Copa de 2014. Temos de lutar diariamente. Então é preciso trabalhar nesse sentido, porque isso é bom para Minas Gerais. Temos também de reforçar as pré-candidaturas das cidades que já foram pré-selecionadas.



É bom lembrar que a Fifa já deu o primeiro passo: no primeiro momento, essas seis cidades foram aprovadas. Mas é claro que, a partir de agora, haverá afunilamento: as exigências serão maiores. E teremos de fazer esse trabalho em todas as seis cidades, com a ação efetiva das Comissões de Esporte e de Turismo. Finalizamos ontem com as cidades de Juiz de Fora e de Matias Barbosa.

Estou muito confiante em que Montes Claros e as outras cinco cidades terão êxito, e isso será bom não apenas para a cidade e para a região, mas também para Minas Gerais.

Então clamo aqui, mais uma vez: que se unam a classe política e a classe empresarial das cidades, para selecionarmos, de fato, essas seis cidades.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)* - Agradeço muito ao Deputado Tadeu Martins Leite, parabenizando-o pelo pronunciamento. É isso mesmo, temos de lutar. Nada acontece com facilidade nem por acaso. Temos de construir o nosso destino. V. Exa. é Deputado de todo o nosso Estado, mas fundamentalmente representa a região do Norte de Minas, que também conheço, pois tive a honra e o orgulho - o que aumenta o meu compromisso e a minha responsabilidade - de ter estudado medicina na Unimontes, na minha querida Montes Claros.

Parabenizo V. Exa. pelo esforço. É preciso que haja vontade política. E isso deve começar da base, da cidade, da localidade que quer realmente que as coisas aconteçam. Parabenizo V. Exa. pela sua garra, pelo seu empenho, e parabenizo seu pai, Prefeito de Montes Claros. Parece-me que ele está na terceira administração, além de ter sido Deputado Federal e Deputado Estadual.

Meu desejo é que Montes Claros consiga ser subsede e se torne referência para toda a região. Tenho a certeza de que a seleção que se hospedar em Montes Claros estará muito bem servida e guardará uma lembrança eterna da cidade e da região. Uno-me a todos para ajudar, para colaborar. Estamos no início do sertão, em Curvelo, minha cidade, que é a porta de entrada. Somos da mesma família, somos Minas Gerais. É claro que estaremos juntos para ajudar Montes Claros. Podem contar conosco!

O Deputado Tadeu Martins Leite* - Obrigado, Deputado Doutor Viana, Deputado atuante, que conhece bem a região do Norte de Minas, de Curvelo, de Montes Claros, onde também estudou. O trabalho que temos de realizar é exatamente esse. Cada vez mais, temos de falar do assunto, “levantar a bola”, sim, para que as seis cidades consigam, de fato, concretizar-se como “base camps”, para a Copa de 2014. É bom lembrar que Montes Claros, de onde sou, já passou por uma prova. Há pouco mais de um ano, recebemos as seleções de vôlei do Brasil e dos Estados Unidos, e os montes-clarenses, os norte-mineiros, deram um “show” de receptividade, com uma festa muito bonita. A cidade tem boa-vontade e está preparada para receber qualquer seleção que disputará a Copa. Lembro também que Montes Claros fica num ponto estratégico do Brasil: Montes Claros fica a uma hora de avião de cinco das principais Capitais. E isso é importante para qualquer seleção que se concentre em Montes Claros.

Temos de realizar um trabalho de união e de força e, cada vez mais, levantarmos a voz, a fim de concretizar isso, para que essas seis cidades mineiras sejam subsedes da Copa de 2014. A partir daí, é claro, buscaremos aumentar o número. Por que não 8, 10 ou 12? Pré-selecionaram 60 cidades do Estado de São Paulo. Temos, sim, de fazer um trabalho para aumentar, cada vez mais, a participação do Estado de Minas Gerais na Copa de 2014. Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente. Obrigado e boa-tarde.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Exmo. Sr. Presidente, Alencar da Silveira Jr.; caríssimos colegas Deputados e Deputadas presentes; espectadores da TV Assembleia, boa tarde. Sr. Presidente, nesse final de semana, tive oportunidade de participar do congresso da União Estadual dos Estudantes na belíssima cidade de Divinópolis. O congresso reuniu estudantes das universidades de todo o Estado de Minas no “campus”, também belíssimo, da Universidade Federal de São João del-Rei. É o “campus” estendido, que funciona em Divinópolis. É muito interessante percebermos a expansão do ensino superior federal em Minas Gerais. O ex-Presidente Lula sempre teve carinho com a expansão das vagas, a ampliação dos “campi” e a abertura de novas universidades federais, como é o caso do “campus” de São João del-Rei funcionando em Divinópolis. Isso mostra que estamos vivendo em um outro patamar do ensino superior do Brasil, especialmente de Minas Gerais.

Esse congresso, Sr. Presidente, teve grande participação da juventude mineira, que elegeu a nova diretoria da UEE, tendo à frente o jovem acadêmico Rafael Leal, que presidirá a entidade pelos próximos dois anos. O congresso foi muito interessante e teve como tônica a bandeira levantada pelos estudantes de Minas, O Minério É Nosso.

Os estudantes, durante toda a tarde de sábado, debruçaram-se sobre a principal riqueza de Minas Gerais na defesa do minério, da exploração mineral voltada para os interesses do povo de Minas. A entidade levantou uma ideia muito interessante: a proposta da criação do fundo social do minério. Essa proposta já havia sido apresentada aqui, em uma audiência pública que contou com a presença significativa de diversos Deputados, como o nosso Presidente Deputado Alencar da Silveira Jr., de toda a Bancada do PDT, de vários parlamentares do PSB e do nosso Bloco Minas sem Censura - PT, PMDB, PCdoB e PRB. Os estudantes aprovaram em seu congresso uma proposta de emenda à Constituição para criação desse fundo, nos mesmos moldes do que existe na esfera federal - o Fundo Social do Pré-Sal -, em que 50% dos recursos seriam destinados à educação, à cultura, à ciência e tecnologia e ao esporte. É uma bandeira muito interessante. Os estudantes estão com uma ampla campanha, com a ideia de levar a ideia para as escolas, de fazer um abaixo-assinado e uma grande mobilização pela aprovação dessa proposta de emenda à Constituição do Estado de Minas.

Os estudantes fizeram, acima de tudo, uma discussão sobre a situação da exploração mineral em Minas. Eles têm a compreensão de que é importante também a luta pelo novo marco regulatório do minério, cuja competência de discussão e aprovação é do Congresso Nacional. Esse novo marco regulatório pressupõe, sem dúvida nenhuma, a necessidade de Minas Gerais ter melhor retorno da exploração das atividades minerais. No congresso ficou muito claro, e os estudantes aprofundaram esse debate, que a compensação que os Municípios mineiros - são mais de 250 Municípios mineradores - e o Estado têm da exploração mineral é muito aquém do que merecem. Eles comparam a exploração do minério e a exploração do petróleo. Enquanto o petróleo remunera seus Municípios com um “royalty” de 10% do faturamento bruto da Petrobras, aqui, com a exploração do minério, a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Mineráveis - CFEM -, prima pobre do “royalty” do petróleo, remunera nossos Municípios com uma média de apenas 2% do faturamento líquido. Isso causa discrepância muito grande. Os exemplos são muito gritantes. Campos dos Goytacazes, por exemplo, grande produtora de petróleo do Rio de Janeiro, recebeu em média nos últimos anos, só de “royalty” do petróleo,



R\$850.000.000,00 por ano. Nossa pobre Itabirito, que tem uma grande mina de exploração de minério, não recebeu sequer R\$15.000.000,00 pela exploração.

Então, precisamos criar uma condição mais justa e equilibrada para essa exploração do minério. Os estudantes mineiros, sem dúvida nenhuma, levantam essa bandeira importante para Minas Gerais e para o equilíbrio das contas do Estado. Quero fazer este registro e parabenizar os estudantes e a União Estadual dos Estudantes por essa importante bandeira.

Espero aprovarmos no Plenário desta Casa a proposta de emenda à Constituição apresentada pelo conjunto dos estudantes mineiros, pela União Estadual dos Estudantes. Paralelamente a isso, espero também, por meio da força do Parlamento mineiro e da força de todos aqueles que defendem Minas Gerais e seus interesses, independentemente de posicionamentos político-partidários, lutarmos por um novo marco regulatório do minério que valorize mais a nossa principal riqueza, que é a extração mineral.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)* - Nobre colega Carlin Moura, brilhante parlamentar desta Casa e grande amigo, quero parabenizá-lo pelas suas ponderações em relação à necessidade de melhorarmos a remuneração pelos minerais. Também sou a favor dessa ideia. O governo federal está nessa tentativa. Finalmente, o Ministério de Minas e Energia, que era eminentemente voltado para a energia e quase não fazia muita interferência na questão mineral, passa também agora a atender a questão minerária. Portanto, agora ele resolveu assumir esse papel, já que a mineração é importante para o Brasil, especialmente para Minas Gerais, que recebe esse nome graças à questão minerária. Quanto à sua comparação, ressalto que a dificuldade para se retirar o petróleo é extremamente menor que a dificuldade para se extrair o minério da rocha. Hoje todos temos consciência de que é preciso uma colaboração maior para os Municípios, a fim de que depois não fiquem com essa dependência.

Quero parabenizá-lo por sua ponderação e dizer-lhe também que essa é uma posição já consolidada pelo Governador Antonio Anastasia, que, por várias vezes, se manifestou e se manifesta favorável ao aumento do percentual da CFEM para os Municípios e para o Estado. Estaremos juntos e buscaremos, de forma equilibrada, a melhor maneira de atuação das empresas diante da necessidade de maior colaboração financeira para os Municípios e para o Estado.

Parabenizo-o pelo seu pronunciamento, sempre brilhante, esclarecedor e muito importante para o nosso Estado e para o nosso povo.

O Deputado Carlin Moura* - Nós é que agradecemos, ilustre Deputado Doutor Viana. V. Exa., sem dúvida, aborda um aspecto importante, e poderíamos ampliá-lo. Obviamente, na maioria das vezes, a extração do petróleo se dá nas plataformas marítimas e o impacto ambiental para as cidades é muito menor. Pensemos, por exemplo, na Costa Fluminense e na Costa Santista, onde as plataformas de petróleo estão a 300 milhas ou a 200 milhas do litoral, o que não causa um impacto direto. Entretanto, quando vamos a Itabira, a Itabirito, a Ouro Preto ou a Igarapé, percebemos que as cavas das minas estão ali na nossa porta, no fundo do nosso quintal. Nesse caso, o impacto ambiental é muito grande, bem como o impacto social, especialmente no tocante à mão de obra, o que traz grandes implicações para Municípios como os mencionados. Então, a compensação financeira tem como objetivo compensar os Municípios por esses danos. É preciso, realmente, haver uma remuneração mais justa.

Não estou aqui fazendo essa defesa com o intuito de causar problemas financeiros para as grandes empresas. Aliás, diga-se de passagem, todas elas vão muito bem, obrigado. A Companhia Vale, por exemplo, tem batido recordes e mais recordes de lucro líquido nos últimos anos. Seu lucro líquido chega a ser superior ao da Petrobras. O mesmo ocorre com a empresa MMX, do grande Eike Batista, que está entre os 10 homens mais ricos do mundo. Não estou aqui questionando isso, mas essas empresas são altamente rentáveis. Elas poderão obter seus lucros, contudo os Municípios não podem ficar apenas com as consequências malévolas da exploração mineral; eles precisam ser mais bem remunerados.

Estou vendo aqui o ilustre Deputado Bosco, Presidente da Comissão de Educação. Deputado Bosco, Minas Gerais responde por mais de 80% da produção de nióbio, que fica justamente em Araxá, sua cidade. É um minério extremamente estratégico. Detemos quase 80% da produção mundial. Precisamos ter uma melhor remuneração por essa extração.

É interessante observar, Deputado Doutor Viana, que, no debate, os estudantes levantaram um aspecto muito importante. Como a maioria da nossa produção minerária, da nossa extração minerária é destinada à exportação, ao mercado externo, a Lei Kandir a isenta de tributação, e não se paga um centavo sequer sobre ICMS para essa pauta de exportação. Dentro da discussão do novo marco regulatório, há uma tese muito interessante que diz que, se o minério extraído “in natura”, na forma de “commodities” primárias, sem agregar valor e sem ser industrializado, for exportado, a Lei Kandir deveria ser corrigida e fazer incidir a cobrança do ICMS. Só estaria isento de pagamento do ICMS o minério que fosse processado no País ou no Estado, nos mesmos moldes do que acontece com a cadeia produtiva do petróleo. Há toda uma cadeia produtiva por trás da extração do petróleo - a produção de óleo “diesel”, de gasolina, de produtos derivados do petróleo -, que gera uma cadeia produtiva interna e incidência de ICMS, diferentemente do minério. É importante pensarmos esse novo marco regulatório de forma a remunerarmos melhor os Municípios mineiros.

O Deputado Bosco (em aparte) - Prezado Deputado Carlin Moura, é com satisfação que solicitamos este aparte, para cumprimentá-lo pela sua ação, sempre conosco na Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, e para dizer da nossa alegria por V. Exa. ter-nos representado, no último final de semana, em Divinópolis, onde aconteceu uma grande reunião da união estudantil, já referenciada por V. Exa.

Também vemos com bons olhos a proposta da criação do fundo de participação das mineradoras, sobretudo no patrocínio da educação. A proposta foi apresentada à nossa Comissão pela união estudantil e, posteriormente, aos demais Deputados desta Casa. Acredito que as mineradoras já contribuem sobremaneira com o desenvolvimento de Minas Gerais, colocando o Estado numa posição de destaque como Estado exportador, sobretudo de nióbio, conforme V. Exa. falou. Temos o privilégio de ter a maior jazida de nióbio do mundo nas nossas terras, em Araxá. Hoje o nióbio de Araxá, por intermédio da empresa CBMM, chega a 50 países. Minas Gerais hoje se faz presente em 50 países com o nosso nióbio de Araxá.

Quero aqui louvar as suas colocações e dizer que esse projeto de sustentabilidade para a educação tem também o nosso aval e o nosso apoio.

O Deputado Carlin Moura* - Para concluir, Sr. Presidente, agradeço as palavras do Deputado Bosco e parabenizo, mais uma vez, a Diretoria da União Estadual dos Estudantes. Nos mesmos moldes da década de 50, quando uma grande campanha ganhou corações e



mentos de todos os brasileiros e brasileiras - a campanha O Petróleo É Nosso -, e criou a Petrobras em 1953, esperamos que o Estado de Minas Gerais também seja ganho por essa causa dos estudantes e que possamos levantar bem alto a bandeira de O Minério É Nosso e da criação do fundo social do minério. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Délio Malheiros – Sr. Presidente, meus colegas Deputados, público que nos assiste pela TV Assembleia, analisando algumas reclamações de consumidores em relação à TIM, uma das maiores operadoras de telefonia do Brasil, chegamos à confirmação do que suspeitávamos: a TIM vem praticando em Minas Gerais e em vários outros Estados o chamado “overbooking” da telefonia. Isso significa que a empresa fez uma campanha nacional, uma publicidade ostensiva, mas os telefones da TIM não funcionam. Aquelas pessoas que utilizam a chamada tecnologia 3G não conseguem fazer ligações; muitas vezes, os familiares não conseguem comunicar-se com seus parentes. Agora descobrimos. É como se tivessem mil carros passando pela rodovia e essa rodovia tivesse de comportar dois mil veículos. É o que a TIM fez. Fez uma promoção do chamado “TIM Infinity”, em que as pessoas não pagam nada para a utilização do telefone para outro aparelho TIM, só que não conseguem falar.

A Justiça em São Paulo, no Rio Grande do Norte e em outros Estados da Federação já recebeu várias ações civis públicas. Em alguns Estados a empresa não pode mais comercializar linhas enquanto não resolver o problema. Para a Anatel, a TIM, que figurava em 6º lugar na lista de reclamações, está agora em 1º lugar. Ela está vendendo aquilo que sabe que não irá entregar.

Assim, Srs. Deputados, consumidores, saibam que estamos tomando providências. Já solicitamos uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas, que será realizada na próxima quinta-feira, para discutir esse grave problema da telefonia. Os consumidores, aos milhões, estão sendo lesados por uma empresa que, evidentemente, tem muito lucro. A Anatel, que deveria tomar alguma providência contra esse tipo de abuso, nenhuma providência toma. Aliás, é uma agência extremamente complacente com essas lesões coletivas. Por isso, Sr. Presidente, estamos trabalhando nesse caso. Vamos ajuizar uma ação civil pública para que a empresa não continue a lesar os consumidores mineiros. As pessoas, às vezes, não sabem, porque alguém se encontra com o consumidor e diz: “Tentei falar com você e não consegui. Você estava com o telefone desligado ou fora de área?”. Não é bem assim. É que não há uma conexão, especialmente quando o consumidor utiliza a tecnologia chamada 3G.

Sr. Presidente, nós estamos, também, muito preocupados com a violência em Minas Gerais. Sabemos e conhecemos o esforço do Governador do Estado em dotar as comarcas de um Delegado, de veículos, mas ainda percebemos que é insuficiente. Pedimos a atenção do governo para a região da Zona da Mata, que faz divisa com o Rio de Janeiro, especialmente na cidade de Além Paraíba, onde a cada mês uma pessoa tem sido assassinada numa cidade em que, até então, a tranquilidade era geral. Percebemos que são bandidos, marginais que vêm do lado do Rio de Janeiro. Estão lá acuados pela polícia e acabam atravessando a divisa de Minas, instalando-se nas cidades que ficam ao longo dessa divisa. Além Paraíba, por ficar exatamente à margem de uma rodovia que vem do Rio de Janeiro, acaba sendo prejudicada com essa situação. Portanto vamos pedir, mais uma vez, a atenção do Sr. Secretário Lafayette de Andrada para as questões de segurança nessa região. Temos a certeza de que o Secretário irá dar a devida atenção a esse caso, porque não podemos conviver com tanta violência no nosso Estado. Sabemos que esses índices têm se reduzido, mas é preciso fazer ainda mais.

Sr. Presidente, preocupa-nos muito a situação de todo o Estado de Minas Gerais em relação às rodovias federais. Em muitos casos, são absolutamente intransitáveis. O descaso do governo federal é tamanho que muitas rodovias, como a BR-356, que conhecemos como BR-040, transformou-se, entre o BH Shopping e o Trevo de Ouro Preto, num depósito de entulho a céu aberto.

Todos os dias em que passamos nessa Rodovia 356, especialmente no trevo de Macacos, na estrada do Condomínio Miguelão, ou pouco mais adiante, a cada dia, um caminhão despeja entulho a poucos quilômetros da unidade da Polícia Rodoviária Federal. Estive recentemente na unidade da polícia, e ela não tem as mínimas condições de atacar esse problema, pois tem poucos veículos e poucos servidores. A Prefeitura de Nova Lima tem dado sua contribuição, mas não podemos permitir que esse estado de coisas continue, que esses marginais despejem entulho às margens das rodovias, causando sérios acidentes de trânsito e até mesmo a contaminação do solo, pois o despejam em áreas protegidas legalmente, às margens de parques estaduais, como é o caso do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça, do Cercadinho e da Mina de Fechos, onde há uma área de preservação da Copasa. Todos os dias, despejam entulho nessas áreas.

Portanto, Sr. Presidente, é preciso que as autoridades tomem providências cabíveis e punam severamente esses marginais que atacam nossas estradas com despejo de entulho. Peço ao DNIT, na pessoa do Dr. Sebastião Donizete, Diretor-Geral, que tome as providências necessárias, que chame a Polícia Federal e faça alguma coisa, senão, daqui a pouco tempo, não conseguiremos sequer transitar pela Rodovia 356.

Sr. Presidente, por falar em rodovia federal, em Minas Gerais há uma rodovia federal que é uma vergonha: a BR-367. É uma estrada de terra, chamada de rodovia federal, que interliga o Município de Minas Novas à estrada que dá acesso à Bahia e ao Norte de Minas, na região de Araçuaí. Uma rodovia onde há um viaduto que não liga nenhum lugar a lugar algum. É inaceitável que o Estado de Minas Gerais, que tem a maior malha rodoviária federal do Brasil, seja abandonado por parte do governo federal, nesses casos em que até uma rodovia de terra está abandonada, sem ser asfaltada. E é uma importante rodovia. Falando ainda nesse assunto, agora o governo do Estado começa a implementar um dos maiores programas rodoviários existentes no Estado, o qual interligará milhares de quilômetros, aproximadamente 4.000km. O programa chamado Caminhos de Minas interligará, por exemplo, Itamarandiba a Capelinha e Itamarandiba a Senador Modestino. Ainda hoje, recebemos a informação do Secretário de Obras de que o projeto será licitado, o que nos alegra e nos conforta. Quando percebemos que há uma atenção do governo do Estado com as estradas, evidentemente pensamos naquelas milhares de pessoas que trafegam nessas rodovias, nos pacientes que são levados de um pequeno Município a outro maior para o atendimento de urgência, e também no transporte de cargas, no transporte da riqueza. Portanto, Sr. Presidente, esse projeto é ambicioso e ousado, mas de extrema importância para Minas Gerais. Creio que o Governador Anastasia deixará uma marca indelével da sua administração, quando concluir esse projeto denominado Caminhos de Minas.



Sr. Presidente, recentemente tivemos uma preocupação nesta Casa em relação a um problema que afligia os professores e as nossas queridas professoras, os profissionais que foram alcançados, protegidos pela chamada Lei Complementar nº 100. Esses profissionais não podiam, mesmo diante da referida lei, ser removidos. São milhares os casos desses servidores, que às vezes poderiam ser transferidos de uma escola para outra, até mesmo para acompanhar um parente hospitalizado ou que dependia de cuidados, mas eles não tinham legalmente uma proteção para que ocorresse a chamada remoção. Então apresentamos um projeto de lei, ampliando os direitos desses servidores da educação à remoção. Conversamos com o Governador do Estado e, antes mesmo de esta Casa aprovar o projeto - e tenho certeza de que os Deputados não faltariam no apoio a ele -, S. Exa. baixou uma resolução permitindo que, a partir de agora, os professores contemplados com a Lei Complementar nº 100 possam ser removidos. Evidentemente, na dependência de vaga na escola que receberá esse profissional. Portanto, Srs. Deputados, creio que o Governador do Estado, sensível a essa nossa reivindicação, atendeu aos interesses maiores de Minas Gerais, pois os servidores da educação fazem parte do patrimônio do Estado e merecem toda a atenção do governo. Ontem, Sr. Presidente, estivemos em Brasília com autoridades no Congresso Nacional, mais uma vez, buscando o apoio para a instalação do Tribunal Regional Federal - TRF - de Minas Gerais. Teço aqui os meus agradecimentos ao Deputado Federal Fábio Ramalho, que está liderando uma bancada federal que busca pôr na pauta a chamada PEC nº 544, que fará com que Minas Gerais tenha um TRF. Muitas vezes o jurisdicionado ou o cidadão que, por exemplo, depende de uma decisão judicial em relação ao INSS tem de aguardar por 5, 10 ou 15 anos, porque o atual tribunal que atende a Minas Gerais está absolutamente saturado e não tem condições de atender à demanda judicial. Portanto, juntamente com a OAB, a Amagis, a Justiça Federal, a Defensoria Pública da União e o Ministério Público Federal, continuaremos lutando para que Minas Gerais tenha rapidamente a instalação do TRF da 7ª Região, específico para Minas Gerais. Creio que será uma grande obra e um serviço que o cidadão de Minas obterá com uma melhor prestação, se instalado esse Tribunal, que é de extrema importância para Minas Gerais.

Sr. Presidente, por último, gostaria de dizer que, no início de julho, haverá nesta Casa Legislativa a discussão do aprimoramento do Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Conseguimos, juntamente com o Ministério Público, sensibilizar o Ministério da Justiça, para que Minas Gerais possa sediar essa discussão. Esta foi a única cidade do Sudeste brasileiro contemplada, que receberá uma comissão de juristas nacionais e até internacionais, que virão aqui debater os aprimoramentos ou o ajustamento do Código do Consumidor à nova realidade, especialmente em relação à internet. Já está confirmada a presença do Ministro Herman Benjamin, que foi um dos autores do Código, de Ada Pellegrini Grinover e de outros tantos juristas que, no início de julho, numa audiência pública nesta Casa do povo, estarão discutindo as novas propostas de modificação para melhorar o Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Estaremos de braços abertos, recebendo essa comissão, porque temos nessa lei uma verdadeira bíblia do cidadão no momento da contratação do serviço ou da compra de um produto. É o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Bosco - Sr. Presidente, nosso amigo Deputado Doutor Viana, que interinamente preside esta reunião, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos honra com a sua audiência por meio da TV Assembleia, Deputado Bonifácio Mourão, quero fazer aqui referência a dois assuntos que julgamos de grande importância e que, neste momento, têm ocupado realmente um espaço relevante não só nas nossas discussões na Assembleia Legislativa e nas nossas comissões, mas também junto ao governo do Estado, ao Governador Anastasia e à mídia de Minas Gerais e do Brasil.

Quero aqui, neste primeiro momento, fazer referência à questão relacionada à educação. Eu, na condição de Presidente da Comissão de Educação, desde o primeiro momento, quando essa Comissão foi instalada nesta Casa, como os demais membros que a compõem procuramos imprimir um ritmo acelerado aos trabalhos, tanto nas nossas reuniões semanais como no contato permanente com a classe educadora. No primeiro momento, tivemos a grata satisfação de promover uma audiência pública, no dia 6 de abril, quando recebemos inúmeras Diretoras de escolas estaduais, assim como segmentos representativos dessa classe, a exemplo da Adeomg. Na oportunidade, debatemos sobre vários assuntos e criamos uma comissão de trabalho para, de forma mais ampla, atendermos realmente os interesses, objetivos e sobretudo as demandas desse importante segmento, o das Diretoras das nossas mais de 3.700 escolas estaduais espalhadas por todo o Estado de Minas Gerais.

Depois desse trabalho da Comissão, foram estabelecidas seis solicitações prioritárias, que apresentamos à Secretária Ana Lúcia Gazzola, com o compromisso de que tanto a Secretaria como o governo do Estado iriam realmente estudá-las com muito carinho e, acima de tudo, levar em consideração a importância desses profissionais da educação, que dedicam tempo integral a suas escolas, oferecendo o melhor de si. Tenho certeza absoluta de que, pelas conversações e pela notícias obtidas diariamente por parte da Secretaria de Educação, teremos uma resposta positiva a essas demandas que apresentamos em nome dos Diretores das escolas estaduais mineiras.

Portanto, trago esta notícia, esta informação a todos os Diretores. Obviamente que esses pleitos serão estendidos aos Vice-Diretores e Secretários que atuam nas nossas escolas estaduais. Acredito que nos próximos dias o governo há de fazer um anúncio oficial, com boas novas, para essa classe que, repito, é de grande importância e tem contribuído sobremaneira para a melhor qualidade do ensino em Minas Gerais.

Gostaria também, Sr. Presidente Deputado Doutor Viana, Deputados Sebastião Costa e Délio Malheiros, de fazer menção a todos os educadores e trabalhadores da educação de Minas Gerais. Também por meio da Comissão de Educação, com apoio do Presidente desta Casa, Deputado Dinis Pinheiro, e dos nossos Líderes, temos mantido contato permanente com o governo do Estado no tocante à questão salarial e a melhores condições de trabalho para os nossos profissionais da educação.

Tenho convicção de que, com o nosso trabalho, por meio da Comissão e do apoio desta Casa, pela boa vontade e pelo entendimento do Prof. Anastasia e da Secretária Ana Lúcia Gazzola, que tem como objetivo oferecer o melhor para essa classe tão importante para o desenvolvimento do Estado, nos próximos dias, o governo se manifestará de forma positiva, responsável e valorosa, com grandes notícias em prol da classe. Deputado Bonifácio Mourão, com o retorno do Governador, que está em viagem, amanhã, ao reassumir os trabalhos e se reunir com a Secretária Ana Lúcia Gazzola e com a Secretária de Planejamento, Renata Vilhena, tenho certeza de que teremos boas notícias. Quero, Sr. Presidente, aproveitando o curto espaço de tempo nesta tribuna, fazer um chamamento a essa classe



tão importante - professores e Diretores das escolas estaduais - para que fiquem ligados, antenados nesses próximos dias aos anúncios que advirão do governo do Estado. Sei que virão boas notícias por aí.

Finalizando, Sr. Presidente, reconhecemos e respeitamos o trabalho do sindicato dos profissionais da educação, o Sind-UTE, que, de forma aguerrida, tem defendido e estado à frente dessa classe. Nós, da Comissão, em todos os momentos, procuramos ser úteis, sendo interlocutores, junto ao governo do Estado, para solução das questões apresentadas pelo Sind-UTE. Portanto, em meu nome e em nome dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Carlin Moura, Paulo Lamac e Neilando Pimenta, membros efetivos da nossa Comissão, quero registrar que uma boa notícia será dada nos próximos dias pelo governo do Estado.

Gostaria de agradecer às Comissões de Turismo e de Esporte, que também atuaram de forma diferenciada defendendo Minas Gerais no projeto da Copa de 2014. Essas Comissões promoveram audiências públicas nas seis cidades pré-selecionadas pela Fifa para serem centro de treinamento das seleções. Torço muito e estarei trabalhando para que essas seis cidades, a exemplo da minha cidade de Araxá, possam ser finalmente selecionadas pela Fifa. Assim, Minas Gerais participará efetivamente da Copa de 2014.

Sr. Presidente, agradeço a compreensão. Temos mais algumas matérias a apresentar nesta tarde, mas, em virtude do tempo, deixaremos para a próxima oportunidade.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 4/7/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete da Deputada Maria Tereza Lara

exonerando, a partir de 5/7/11, José Ronaldo de Freitas Machado do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Paloma de Albuquerque para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Transparência e Resultado.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2011

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 45/2011

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 27/7/2011, às 14h30min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço global anual, tendo por finalidade a contratação de empresa para o fornecimento de água mineral sem gás.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório, da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 5 de julho de 2011.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2011

Nº DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 26/2011

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 26/7/2011, às 14h30min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a contratação de empresa para retirada, lavagem e recolocação de cortinas em painéis de lona cru.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório, da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 5 de julho de 2011.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

**AVISO DE LICITAÇÃO****CONVITE Nº 1/2011****NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 058/2011**

Objeto: contratação de empresa especializada de engenharia para a prestação de serviços de consultoria em patologia das construções, com vistas à elaboração de relatório técnico descrevendo os danos existentes no Edifício Tiradentes, bem como descrevendo as causas e soluções de recuperação mais adequadas.

Licitantes inabilitadas: LDO Avaliações e Perícias Ltda. e Avalipresse Avaliações e Prestações de Serviços Ltda.

Tendo em vista a inabilitação de todos os licitantes, a Comissão Permanente de Licitação decide abrir o prazo de três dias úteis para a apresentação de nova documentação, com base no art. 48, § 3º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

Belo Horizonte, 5 de julho de 2011.

Eduardo de Mattos Fiuza, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

PROCESSO Nº 1011012 000042/2011 - INEXIGIBILIDADE

Objeto: confecção de dois retratos em pintura a óleo sobre tela no estilo hiperrealista dos ex-Presidentes da ALMG.

Em 28/6/2011, os Srs. Presidente e 1º-Secretário ratificaram e autorizaram a despesa nos termos do art. 26, "caput", da Lei nº 8.666, de 1993, e do Processo nº 1011012 0000 42/2011 - Inexigibilidade, adotada com base no art. 25, III, do mesmo diploma legal, em favor do Sr. João Carlos Madeira.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A. Objeto: contratação de seguro total para veículos automotores, incluída assistência 24 horas. Objeto deste aditamento: renovação da Apólice nº 0031/205/1824/0000043/01. Vigência: 12 meses a partir de 25/6/2011. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.

TERMO DE CONVÊNIO

Primeira conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo conveniente: Município de Itabira. Objeto: transmissão do sinal da TV Assembleia. Vigência: 10 anos a contar de 18/4/2011. Dotação orçamentária: 15.452.0017.2.051000/33.90.39.00.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Media Design Comunicação Ltda. Objeto: contratação de 2.500 horas em serviço de desenvolvimento de aplicativos em linguagem Objective-C, na plataforma Apple iOS, versão 4.3 ou superior, para iPhone e iPad, e sua publicação. Vigência: 12 meses contados a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 33/2011. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90 -10.1.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Algar Aviation Táxi Aéreo S.A. Objeto: manutenção preventiva e corretiva da aeronave Xingu. Objeto do aditamento: prorrogação excepcional, com reajuste, para complementação de serviço de revisão especial da aeronave. Vigência: 6 meses, contados a partir de 27/6/2011 ou até o término do serviço de revisão, o que ocorrer primeiro. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.